

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL

Lucas Macedo Almeida

Que partidos são esses?

Uma discussão sobre o surgimento dos partidos brasileiros entre 2011 e
2014

**Brasília,
Novembro de 2014**

Lucas Macedo Almeida

Que partidos são esses?

Uma discussão sobre o surgimento dos partidos brasileiros entre 2011 e
2014

Monografia elaborada pelo aluno Lucas Macedo Almeida, matrícula 11/0034872, como exigência do curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, sob orientação do Professor David Verge Fleischer.

**Brasília,
Novembro de 2014**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, responsável por todas as conquistas, pela energia e força para concluir este trabalho e por ter colocado as pessoas que muito somaram a este projeto na minha vida.

Aos meus pais, que são minha força e meu suporte. Agradeço a paciência dos dois durante esta etapa difícil, principalmente pelos domingos longe dos almoços em família e pelas ausências nas atividades de casa. A minha mãe Juliete, principal motivo do meu esforço em me tornar uma pessoa melhor e que sempre procurou me prover todos os meios necessários. Ao meu pai Cezar pela preocupação e atenção durante todo o processo e por ter me despertado o interesse pelos estudos.

Ao meu irmão Riezo, que antes mesmo do meu ingresso na Universidade buscou ampliar os meus horizontes, o que foi muito importante para as decisões que eu tomei.

A Nailah, minha grande amiga durante toda a graduação, seja em sala de aula, seja nos projetos em que trabalhamos juntos. Agradeço a você por ter me despertado diariamente o pensar político e o ato de refletir sobre o universo que me cerca.

A minha família e aos meus amigos que sempre foram minha fortaleza, meu recanto seguro. Agradeço pela presença de todos vocês em minha vida.

Ao meu orientador, David Fleischer, por toda a paciência e destreza com que conduziu o processo. Agradeço por ter compartilhado parte da experiência e de seu conhecimento para enriquecer da melhor forma possível o presente trabalho.

A todos vocês, o meu muito obrigado!

RESUMO

O cenário político brasileiro possui um número bastante expressivo de partidos brasileiros. Entre os anos 2011 e 2014 surgem cinco novas legendas: PSD, PPL, PEN, PROS e SD. Com pouco tempo de existência, poucos estudos foram desenvolvidos sobre estas legendas. O trabalho analisa estes novos partidos sobre diversos prismas: contexto de surgimento, incentivos legais, programas e estatutos, processo migratório e desempenho eleitoral. A análise das informações demonstra realidades muito diferentes entre eles, principalmente no contexto ideológico, base política e programas. O trabalho também busca explicações para a existência de três destes partidos no Congresso sem a participação de eleições e porque o poderio destes partidos diminui depois das eleições de 2014.

Palavras-chave: novos partidos; PSD; PPL; PEN; PROS; SD; migração partidária; eleições 2014.

ABSTRACT

The Brazilian political scene has a very significant number of Brazilian parties. Between 2011 and 2014 born five new parties: PSD, PPL, PG, PROS and SD. Because of the short period of existence, few studies have been developed on these parties. The paper analyzes these new parties on various prisms: contexto of birth, legal incentives, programs and statutes, migratory process and electoral performance. Analysis of the information shows very different realities between them, mainly in the ideological context, political base and programs. The work also seeks explanations for the existence of three of these parties in Congress without the participation of elections and because the power of these parties decreases after the 2014 elections.

Key-words: new parties; PSD; PPL; PEN; PROS; SD; party migration; 2014 elections.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	p. 07
2. História dos Partidos Brasileiros	p. 09
2.1 Partidos da Quarta República (1945 – 1964).....	p. 09
2.2 Partidos na Ditadura Militar.....	p. 10
2.3 Partidos Contemporâneos.....	p. 11
3. Origem dos Novíssimos Partidos Brasileiros (2011-2014)	p. 17
3.1 Partido Social Democrático (PSD).....	p. 17
3.2 Partido Pátria Livre (PPL).....	p. 20
3.3 Partido Ecológico Nacional (PEN)	p. 21
3.4 Partido Republicano da Ordem Social (PROS).....	p. 22
3.5 Solidariedade (SDD)	p. 24
4. Legislação Eleitoral	p. 26
5. Análise dos Estatutos e Programas.....	p. 29
6. Migração Partidária	p. 37
7. Desempenho Eleitoral	p. 46
8. Considerações Finais.....	p. 50
9. Referências Bibliográficas	p. 53

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01 – Representação Partidária na Câmara dos Deputados (1986 – 1998)	p. 14
Tabela 02 – Origem por partido e por estado dos Deputados do PSD (2011)	p. 19
Tabela 03 – Origem por partido e por estado dos Deputados do PROS (2013)	p. 23
Tabela 04 – Origem por partido e por estado dos Deputados do SD (2013)	p. 25
Gráfico 1 – Confiança nas instituições (porcentagens dos que declararam “muita confiança” e “alguma confiança”)	p. 38
Gráfico 2 - Periodicidade da Migração Partidária (2011-2014)	p. 42
Tabela 05 – Direção do Fluxo Migratório	p. 43
Tabela 06 - Financiamento dos Parlamentares dos novos Partidos	p. 45
Tabela 07 – Taxa de Reeleição dos Deputados	p. 46
Tabela 08 – Taxa de candidaturas a reeleição	p.47
Tabela 09 – Bancadas da Câmara (2014 – 2015)	p.48

1. INTRODUÇÃO

Os brasileiros encontram-se espantados com a grande quantidade de partidos políticos existentes. A maioria da população não conhece a maior parte deles, o significado de suas legendas, quais as pautas de interesse e que linhas de pensamento defendem. Em 2014, estavam registradas 32 legendas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2013, houve a tentativa de se registrar um trigésimo terceiro partido, o Rede Sustentabilidade. Partido este, liderado por Marina Silva, nome de peso dentro do cenário nacional. Entretanto, a legenda não pôde ser registrada, por não ter alcançado o número necessário de assinaturas requisitadas pela legislação¹.

O processo de surgimento de partidos no Brasil pós-período ditatorial tem sido contínuo e crescente. Além da Rede, muitos outros partidos ainda buscam seu registro perante a Justiça Eleitoral. Temos como exemplo, o Partido Pirata. Membro de um movimento global de partidos com a mesma denominação, o Partido Pirata busca, dentre outras coisas, o livre acesso a informação e o direito a privacidade². Outra legenda em construção é o Partido Novo. Capitaneado pelo banqueiro João Amoedo a agremiação se identifica como de direita e tenta se diferenciar das demais legendas, adotando slogans como “pessoas iguais a você” e “o partido político sem políticos”³.

Entre o período de 2011 à 2014, surgiram no Brasil cinco novas agremiações políticas que obtiveram registro oficial. Estes foram: Partido Social Democrático (PSD), Partido Pátria Livre (PPL), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Solidariedade (SD). Os dois primeiros puderam lançar candidaturas às eleições municipais (2012), ao passo que os demais disputaram suas primeiras eleições apenas em 2014.

Dos cinco novos partidos políticos, três chamam atenção pelo tamanho de suas bancadas dentro do Congresso Nacional. Os partidos PSD, PROS e SD, mesmo não tendo participado de eleições federais, já nasceram com representações consideráveis dentro da Câmara dos Deputados. O fenômeno que resultou no tamanho destas bancadas foi a migração partidária. Parlamentares eleitos que mudam de legenda

¹

Disponível

em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/10/03/interna_politica,391627/rede-sustentabilidade-de-marina-silva-tem-registro-negado-pelo-tse.shtml. Acessado em: 05/07/2014.

² Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/partido-pirata-do-brasil-tem-registro-oficializado/>. Acessado em: 05/11/2014.

³ Disponível em: <http://www.tribunahoje.com/noticia/72796/brasil/2013/08/18/novo-sera-o-nome-do-proximo-partido-de-extrema-direita.html>. Acessado em: 05/11/2014.

durante seus respectivos mandatos. Agora, como explicar este fenômeno? Quais os motivos desta migração concentrada nas novas legendas?

Segundo o site da Câmara dos Deputados, em novembro de 2014, o PSD apresenta a terceira maior bancada da Câmara (quarenta e cinco deputados) enquanto SD conta com vinte e dois parlamentares e o PROS possui vinte deputados⁴. No Senado, cada uma das legendas conta com um representante⁵.

Diante deste cenário são provocadas algumas perguntas. De onde estes partidos surgiram? Qual ligação destes com a sociedade civil e qual linha de pensamento do espectro político-ideológico estes partidos se identificam? Por que alguns deles alcançaram tanto força em tão pouco tempo de existência e outros não? E, por último, esta força permanecerá ao longo dos anos?

Para responder as questões, o estudo foi dividido em cinco sessões. A primeira trará uma perspectiva histórica dos partidos brasileiros. Com início em 45, serão analisados os partidos existentes durante o período da Quarta República (1945-1964), da Ditadura Militar, até a contemporaneidade e como os novos partidos brasileiros se inserem neste contexto, quais as suas origens e quem são os atores-chaves responsáveis pelo surgimento destas agremiações.

A segunda sessão trará uma análise documental acerca da legislação brasileira pertinente ao tema. Dentro do nosso arcabouço legal, serão analisadas a Lei nº 9.096 (Lei dos Partidos Políticos) e as Resoluções nº 22.610/2007 e 22.733/2008 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O intuito desta análise é compreender os incentivos para o surgimento de novos partidos e qual a diferença do atual arcabouço eleitoral para o que regeu a criação dos partidos políticos nos anos anteriores. Ainda, trar-se-á uma visão acerca da Lei nº 12.875 de 30 de outubro de 2013, que busca inibir a criação de novas legendas.

A terceira sessão é uma análise de conteúdo acerca de documentos confeccionados pelas novas agremiações políticas. O principal material utilizado para esta análise foram os estatutos e os programas partidários. O processo ajudará a compreender as correntes ideológicas que elas defendem e como as legendas se identificam no espectro direito-esquerda.

⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-atual>. Acessado em: 05/11/2014.

⁵ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/>. Acessado em: 05/11/2014.

A quarta sessão trás, através de uma revisão bibliográfica acerca da questão, uma perspectiva quanto ao processo de troca-troca de parlamentares entre partidos políticos. Mostrar-se-á quais as motivações que levam a um parlamentar mudar de legenda e porque alguns partidos conseguiram atrair mais parlamentares que outros.

A última sessão é uma análise de dados quanto o desempenho dos novos partidos nas eleições de 2014. O intuito é observar os resultados que eles obtiveram em suas primeiras eleições na esfera federal e se estes serão capazes de se sustentar ao longo das eleições.

O arranjo metodológico e as perspectivas selecionadas para analisar o objeto não são suficientes para esgotar o tema. A intenção do estudo é trazer um panorama geral destes novos partidos. Esta análise ocorre sob diversos aspectos, a fim de construir uma imagem, a ser desenvolvida em outros estudos, sobre as novas legendas brasileiras.

2. HISTÓRIA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

2.1 Partidos da Quarta República (1945 – 1964)

Pandolfi (2002) trás uma narrativa simples, mas completa da questão do voto na história do Brasil. Ela constrói seu discurso através da relação entre a sociedade, os partidos políticos da época e o arcabouço legal que regiam as eleições. O período da Quarta República surge com o fim do Estado Novo instituído por Vargas. O regime ditatorial de Getúlio, iniciado em 1937, encontrou seu fim em 1945. Nesta época, devido a pressões sociais internas e a luta dos Estados Unidos contra os regimes totalitários nazista e fascista da Segunda Guerra Mundial, Getúlio foi pressionado a acabar com a ditadura e retomar um processo democrático brasileiro de escolha de seus representantes.

No entanto, a transição foi amplamente mediada por Vargas. Nasceram do seio do aparelho estatal, duas das principais agremiações da época: o **Partido Social Democrático (PSD)** e o **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**. O primeiro foi o principal herdeiro do Estado Novo. Ele abrigava as elites rurais e a urbana atrelada ao aparelho estatal (burocratas). Já o PTB foi o principal herdeiro do trabalhismo de Vargas. Responsável por grandes avanços no setor, em especial com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Vargas fortaleceu os trabalhadores durante o Estado Novo. O PTB era composto pelos sindicatos e organizações cooperativistas do

setor. As duas legendas apresentavam ampla ligação com os setores da sociedade que representavam, e dos quais se originaram.

A oposição a política de Vargas ficava por conta da **União Democrática Nacional (UDN)** e do **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**. A UDN, que era composta pelos setores da classe média mais liberais, dentre eles os membros do setor financeiro, tinha como principais pautas a retomada da democracia, dos direitos e das liberdades individuais. O partido reunia os desafetos de Vargas, como o jornalista Carlos Lacerda. Já o PCB era o partido mais antigo dos aqui apresentados. Surgido em 1922, o PCB abrigou no seu surgimento parte do proletariado brasileiro, insatisfeito com as condições que se encontravam. Ele enfrentou a corrente anarquista presente no trabalhismo brasileiro da década de 20 do século passado. Com o início do Estado Novo, em 1937, tanto PCB quanto as demais legendas do período extinguiram-se ou foram para a ilegalidade. A principal figura do partido foi Luís Carlos Prestes.

No início da Quarta República, o PSD foi a legenda que apresentou maior força eleitoral. Este poderio ocorreu devido a sua ligação com o aparelho estatal e com o novo sistema eleitoral vigente. O Código Eleitoral da época ficou conhecido como Lei Agamenom e, seu arranjo, favorecia o PSD.

A Lei Agamenom apresentava o mecanismo de alistamento eleitoral *ex-officio*. A partir disto, poder-se-ia registrar eleitores com base em listagens de agências governamentais. Assim, os eleitores eram alistados em bloco. O PSD detendo a máquina pública e tendo aí concentrado grande parte do eleitorado, beneficiou-se amplamente desta e de outras regras presentes na legislação da época. Além disso, o sistema de sobras favorecia o maior partido da Câmara, relegando as cadeiras restantes a ele.

Contudo, A lei Agamenom também trouxe alguns avanços para o sistema partidário brasileiro. Ele foi o primeiro código eleitoral a obrigar que os partidos políticos tivessem “caráter nacional”. Para que um partido pudesse ser registrado, ele necessitava de apoio de 10 mil eleitores, distribuídos em, ao menos, cinco estados diferentes, semelhante ao processo adotado na atual legislação⁶.

O período político também foi marcado pela recondução de Vargas ao poder, em 1950, através do voto democrático. Entretanto, o líder político cometeu suicídio durante sua gestão. O episódio, que gerou grande comoção popular, foi motor propulsor do

⁶ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 30/11/2014.

enfraquecimento da oposição e do fortalecimento dos principais herdeiros da política de Vargas, PSD e PTB.

Com PCB tornando-se ilegal logo em 1947, o protagonismo político ficou entre PSD, PTB e UDN. Elas possuíam suas origens claras, do ponto de vista político (varguistas x anti-varguistas) e do ponto de vista social (quem eles representavam e que, votava naqueles partidos). Elas apresentavam identidade clara com o eleitor.

O período político se encerra em 1964, com a tomada do poder pelos militares e, posteriormente, a extinção de todas as agremiações políticas da época.

2.2 Partidos na Ditadura Militar

O período militar brasileiro foi marcado por grande repressão e violência. O poder era administrado pelos militares. Eles realizaram o golpe de 1964, depondo o então presidente João Goulart, alegando a proteção do Brasil contra um possível surgimento do comunismo.

O Brasil foi acometido com outro período de dissolução dos partidos políticos. O primeiro foi durante o Estado Novo varguista. O Ato Institucional nº 2 (AI-02) dissolveu todos os partidos políticos existentes. O fato foi emblemático porque rompeu com a, até então, experiência democrática mais duradoura da história do país, que já mantinha certa regularidade e apresentava caráter nacional.

Instalou-se, no Brasil, um regime bipartidário. O partido que compunha a base de apoio da ditadura era a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** e o partido da oposição, que auxiliava na legitimação do sistema era o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**. A ARENA foi composta, principalmente, pelos ex-membros da UDN e da ala mais conservadora do PSD. Apresentava uma ideologia de extrema direita. Já o MDB era composto pelos herdeiros do getulismo. O MDB foi formado por grande parte de ex-integrantes do PTB e da ala mais progressista do PSD.

No surgimento destes partidos, a ARENA conseguiu disseminar-se com maior força dentro do território nacional. A legislação da época contava com um sistema de sublegenda, onde membros de um mesmo partido pudessem concorrer como adversários em uma mesma disputa. Isto permitiu que houvesse disputas eleitorais em muitos municípios que o MDB não conseguiu chegar nos primeiros anos da ditadura (GRINBERG, 2009).

Durante os primeiros anos, a população urbana não enxergava o MDB como agente real de oposição ao regime, “Nas áreas mais urbanizadas e industrializadas, particularmente nas capitais dos Estados onde a influência da esquerda tendia a ser maior, o MDB era visto com descrédito” (Kinzo, 1998, p. 40). Outros opositores da ditadura como: artistas, guerrilheiros e estudantes encaravam o partido com papel de legitimador da ditadura militar. Ele serviria como papel ilusório, dando uma roupagem democrática a um sistema totalitário.

Com o tempo, no entanto, passou-se a reconhecer a importância do MDB como oposição. O partido votou contra uma reforma no Poder Judiciário, preconizado pelo então presidente Ernesto Geisel. Para rebater esta afronta, o Presidente decretou férias no Congresso e lançou uma série de medidas conhecidas como “pacote de abril”. Entre outras coisas, o pacote criava os senadores biônicos. Em 1977, foram eleitos dois senadores. Destes, um senador de cada Estado foi eleito de forma indireta. A indicação foi feita pelas Assembleias Legislativas, instituições mais suscetíveis a manipulação exercida pelo governo federal. Os senadores biônicos garantiram que a ARENA mantivesse maioria no Congresso. Naquela altura, no entanto, o MDB já concentrava grande percentual de votos dos brasileiros e mobilizava o anseio destes pelo fim do regime militar.

Cabe ressaltar que o MDB foi apenas um ente no processo de redemocratização do Brasil. Movimentos sociais, sindicais e estudantis foram importantes para o fim da ditadura militar no Brasil.

Em 1979, extinguiu-se ARENA e MDB, e deu-se início ao processo de redemocratização.

2.3 Partidos Contemporâneos

O regime partidário que vivenciamos se iniciou com o fim da Ditadura Militar. No início da década de 80, registraram-se os primeiros partidos políticos do período. Os congressistas da época buscaram se reinserir dentro do novo sistema. Com nomes novos, o ARENA reapresentou-se como **Partido Democrático Social (PDS)** e o MDB como **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**. Cabe ressaltar que a transferências de políticos das primeiras legendas não ocorreu de forma integral para as novas. O rearranjo institucional permitiu que houvesse mudanças na organização da elite política. A ala mais liberal da ARENA, por exemplo, deu origem ao **Partido da**

Frente Liberal (PFL). Do mesmo modo, dissidentes do recém-inaugurado PMDB saíram da legenda e se uniram para formar o **Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB)**.

A retomada ao passado não ocorreu apenas com os partidos da ditadura. Muitas das legendas existentes na Quarta República foram recriadas durante o período de redemocratização. Os principais herdeiros de Getúlio Vargas buscaram refundar o PTB. Em uma disputa judicial entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, a sobrinha de Getúlio ganhou o direito de refundar a legenda. Reunindo partidários do trabalhismo de Vargas, Brizola cria o **Partido Democrata Trabalhista (PDT)**.

Também seguindo a linha do trabalhismo, mas agora ligada ao movimento sindical de São Paulo, surge uma legenda de grande peso nesse momento histórico do Brasil, o **Partido dos Trabalhadores (PT)**. Ele guiou greves emblemáticas no final do regime militar e foi importante no processo de redemocratização da nação. O PT foi o único partido brasileiro do período que surgiu sem qualquer ligação com a elite política da época.

Em seguida, o fim da ditadura em 1985 também permitiu a volta dos partidos ideológicos de esquerda. Exemplo disto foi a volta do PCB, do **Partido Socialista Brasileiro (PSB)** e do **Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**,

O período inicial da redemocratização foi marcado por um número menor de legendas. Antes da Constituinte de 1988, o Brasil contou com 12 partidos representados no Congresso Nacional. Alguns deles, tais como PPB, o PL e o PDC foram extintos, mudaram de nomenclatura ou fundiram-se a outras agremiações. Para se ter um comparativo, em 2015, o Congresso contará com 28 agremiações representadas.

A distribuição de forças da época era bem mais concentrada que nos dias de hoje. Os maiores partidos da Câmara dos Deputados, entre 1985 e 1988 foram o PMDB e o PFL. Como oposição, as principais forças residiam na figura do PDT e do PT.

Chegando a década de 90, pulverizaram-se as forças dentro do Congresso. Após a Constituinte de 1988 o PMDB, que contava com mais da metade dos deputados do período, viu suas bancadas regredirem em mais da metade no pleito seguinte. Os principais motivos para isso foram o fortalecimento da oposição e o surgimento de novas agremiações. As doze legendas agora eram dezenove, PT e PDT contavam juntos com mais de oitenta parlamentares e o PSDB, recém-criado, já aglomerava 38 representantes, conforme a tabela 01:

Tabela 01 – Representação Partidária na Câmara dos Deputados (1986 – 1998)										
Partidos	1986		1990		1994		1998		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PMDB	260	53,4	108	21,5	107	20,9	83	16,2	558	27,7
PFL	118	24,2	83	16,5	89	17,3	105	20,5	395	19,6
PSDB	0	0,0	38	7,6	62	12,1	99	19,3	199	9,9
PPB/PPR/PDS	33	6,8	42	8,3	52	10,1	60	11,7	187	9,3
PT	16	3,3	35	7,0	49	9,6	59	11,5	159	7,9
PDT	24	4,9	46	9,1	34	6,6	25	4,9	129	6,4
PTB	17	3,5	38	7,6	31	6,0	31	6,0	117	5,8
PL	6	1,2	16	3,2	13	2,5	12	2,3	47	2,3
PSB	1	0,2	11	2,2	15	2,9	18	3,5	45	2,2
PRN/PJ	0	0,0	40	8,8	1	0,2	0	0,0	41	2,0
PP	0	0,0	0	0,0	36	7,0	0	0,0	36	1,8
PDC	5	1,0	22	4,4	0	0,0	0	0,0	27	1,3
PC do B	3	0,6	5	1,0	10	1,9	7	1,4	25	1,2
PSC	1	0,2	6	1,2	3	0,6	2	0,4	12	0,6
PPS/PCB	3	0,6	3	0,6	2	0,4	3	0,6	11	0,5
PSD	0	0,0	1	0,2	3	0,6	3	0,6	7	0,3
PMN	0	0,0	1	0,2	4	0,8	2	0,4	7	0,3
PRS	0	0,0	4	0,8	0	0,0	0	0,0	4	0,2
PST	0	0,0	2	0,4	0	0,0	1	0,2	3	0,1
PV	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	0,2	2	0,1
PTR	0	0,0	2	0,4	0	0,0	0	0,0	2	0,1
PRONA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	0,0
PSL	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	0,0
PRP	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,0
Total	487	100	503	100	513	100	513	100	2016	100

Fontes: Nicolau (1998) p. 85 e Tribunal Superior Eleitoral In Schimit, 2000, p. 79.

O grau de dispersão de forças foi se agravando ao longo dos anos. Contudo, os partidos que surgiram no primeiro momento saíram na frente da disputa e muitos deles conseguiram se consolidar como as principais agremiações do País. O PMDB continuou a constituir grandes bancadas dentro do Congresso e na administração de governos estaduais. PT e PSDB desde 1994 passaram a polarizar a disputa para Presidência da República, e confirmam sua força entre as diversas instâncias representativas pelo Brasil.

Dois casos, no entanto, chamam a atenção neste processo. O PFL, que iniciou sua trajetória como o segundo partido mais poderoso do Brasil, sofre um declínio forte e hoje passa a figurar com um partido médio. Com os governos tucanos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998 – 2002) o PFL conseguiu manter seu poderio e ser um dos responsáveis pela sustentação do governo tucano. Com a ascensão do PT a presidência, o PFL encontrou dificuldades para se sustentar como partido de oposição.

Nas eleições de 2002, o PFL que tinha 105 deputados em 98, teve uma perda considerável e caiu para 84 cadeiras na Câmara. Ele conseguiu eleger ainda 4 governadores e 14 senadores. Devido ao processo de migração partidária, o PFL chegou a 2006 com apenas 61 deputados, tornando-se menor que as bancadas de PT, PMDB e PSDB. O troca-troca partidário causou ainda mais impacto negativo que o próprio resultado das eleições. O PFL foi um partido acostumado a estar na base do governo, onde ocupou cargos dentro do Estado desde 1985 até 2002.

Ribeiro (2014) trata do processo de refundação do PFL. Em 2007, a legenda buscou reinventar-se. A mudança foi embasada por uma pesquisa de opinião que observou, dentre outras questões, o pouco conhecimento dos eleitores da legenda PFL e uma associação negativa dela com o regime militar. O processo foi encabeçado pelo senador catarinense Bornhausen que trouxe uma geração mais nova para o comando do partido. Vale destacar, no entanto, que a ascensão da nova geração está ligada as famílias tradicionais que já controlavam o partido, como é o caso do Rodrigo Maia no Rio e Antônio Carlos Magalhães Neto na Bahia.

Naquele momento, o partido que já fora o maior dentro do Congresso Nacional em 1998, decaiu para a quarta colocação. Em 2006, foram capazes de eleger apenas o governador do Distrito Federal. A mudança do PFL para **Democratas (DEM)** não foi capaz de frear a queda contínua da legenda. Declínio este, que foi causa e consequência do surgimento de um dos nossos novos partidos: o PSD. Com as eleições de 2014, o DEM passará a ser apenas a 9ª bancada mais representativa da Câmara, com 22 cadeiras.

A outra legenda que se deteriorou com o passar dos anos foi o PDT. O partido nasceu como principal partido de esquerda do Brasil, com forte ligação com o movimento trabalhista. Contudo, já em 1994, a legenda vê seu protagonismo sendo apropriado pelo PT, com o crescimento da bancada petista no Congresso e a força da legenda nas eleições presidenciais. Parte deste processo ocorreu com a diluição do getulismo no cenário brasileiro. Enfraquecimento gerado pelo distanciamento temporal da gestão de Vargas e o período de surgimento do PDT. Por fim, a morte de sua principal liderança, Leonel Brizola, também foi elemento decisivo na derrocada do partido. O PDT apresenta uma ligação com as novas legendas, sendo o principal “fornecedor” de deputados ao SD, para que este constituísse sua bancada. Nem as urnas foram capazes de reconstituir a força do Partido, que contará apenas com 19 deputados a partir de 2015.

Como vimos, o período em que vivemos é marcado por conflitos inter e intrapartidários. Muitos partidos existentes são fruto de cisões de partidos anteriores, fusões ou remodelações de outras legendas. O PCdoB é uma cisão do PCB. O **Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)** é fruto da expulsão de políticos do PT, ocorrida pela votação contrária destes parlamentares ao projeto de reforma na previdência do ex-presidente Lula⁷. O PDS, em 1995, mudou de nome para **Partido Progressista Brasileiro (PPB)** e, em seguida, mudou mais uma vez, agora para **Partido Progressista (PP)**. Outra legenda que passou por reformulações na sua nomenclatura foi o PFL. Em 2007, o nome da legenda mudou para DEM.

Agora, além de incluir legendas antigas e reacomodar os grupos pré-existentes na política nacional brasileira, o sistema partidário passou a abrigar uma série de novos partidos que, originam-se para defender pautas específicas. Um exemplo é o **Partido Verde (PV)**. O PV, nascido em 1993, tem como principal pauta defender interesses ecológicos. Eles trazem à tona no discurso político a defesa do meio ambiente, a adoção de políticas pró-natureza e de economia sustentável. Já o **Partido Social Cristão (PSC)**, surgido em 1990, que conta com a presença de muitos representantes de entidades religiosas, apresenta tom mais conservador e buscam defender pautas que estejam em consonância com a moral e valores cristãos. No mesmo caminho, temos o **Partido Republicano Brasileiro (PRB)** que tem fortes ligações com a Igreja Universal⁸.

O sistema político brasileiro tornou-se extremamente permissivo. Constituídos como partidos grandes as agremiações: PMDB, PT e PSDB. O primeiro, desde o início da redemocratização figurou com uma das maiores representações dentro do Congresso e quase sempre com o controle de mais estados brasileiros. Os dois últimos protagonizam as disputas presidenciais nos últimos vinte anos. Temos também, muitos partidos de porte médio. Estes contam com bancadas relevantes dentro do Poder Legislativo e, por vezes, conseguem conquistar alguns poucos governos estaduais em cada eleição. Eles encontram-se distribuídos entre a base do governo e a oposição.

Os pequenos partidos brasileiros são muitos e variados. Estes apresentam pouca força eleitoral, tanto no Congresso como nos Estados. Comumente aparecem nas coligações das eleições majoritárias para ceder mais alguns segundos de propaganda a

⁷ Disponível em: <http://psol50.org.br/site/paginas/1/nossa-historia>. Acessado em: 30/11/2014.

⁸ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/prb-de-russomano-tem-66-dos-dirigentes-ligados-a-universal,9cb99782ac66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acessado em: 28/11/2014.

partidos maiores e, em troca, participam de coligações nas eleições proporcionais, na esperança de atingir o quociente eleitoral e eleger alguns parlamentares (FLEISCHER, 2006).

Outra modalidade de partidos pequenos são aqueles que costumam lançar candidatura própria para cargos majoritários. Eles não costumam compor alianças e coligações e apresentam maior rigor ideológico nas suas ações que as demais agremiações. Utilizam suas candidaturas como palanques eleitorais para apresentar as propostas e ideologias que defendem, e comumente realizam um papel de oposição.

Por último, há também os micropartidos que, em geral, não contam sequer com representação política no Congresso. O papel deles nas decisões políticas é quase nulo, e apresentam grande dificuldade em acessar o poder público.

É neste cenário que se inserem os partidos que serão focos deste estudo. A representação brasileira encontra-se dissipada em uma variedade ampla de legendas partidárias. A variedade de legendas, no entanto, nem sempre está atrelada a variações de pensamento ideológico. Ainda assim, o Brasil abarca partidos de ideologia de cunho liberal, conservadora, trabalhista, cristã, socialista, comunista, ecológica, humanista, dentre tantas outras. As agremiações também se diferenciam pelo seu tamanho, o que é decisivo no papel que cada partido exercerá na política nacional.

A sessão abaixo busca demonstrar como os novos partidos brasileiros se inserem dentro do contexto partidário nacional, permissivo, com protagonismo de algumas legendas, mas com inúmeros atores que desempenham papéis distintos na constituição da política brasileira.

3 ORIGEM DOS NOVOS PARTIDOS BRASILEIROS (2011-2014)

3.1 Partido Social Democrático (PSD)

O Partido Social Democrático (PSD) foi registrado, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 27 de setembro de 2011. O número da legenda é 55, e o seu presidente, desde a fundação é o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. A sigla do partido é uma homenagem ao antigo PSD, do período da Quarta República. Este era a legenda do ex-presidente da república, Juscelino Kubitschek. Ele foi o primeiro partido a surgir dentro do período estudado.

Principal articulador da criação do PSD, Gilberto Kassab encontrava-se insatisfeito dentro do seu antigo partido, o DEM. Devido as suas pretensões, o político observava que o DEM já não possuía o mesmo peso político de tempos anteriores. Como mostrado anteriormente, o partido encontra-se em um declínio vertiginoso desde sua realocação dentro do cenário político brasileiro como uma agremiação de oposição no plano nacional. A primeira opção sinalizada por Kassab era sua migração para o PMDB, onde buscava liderar o partido no Estado de São Paulo. Entretanto, o ex-prefeito encontrou empecilhos de peemedebistas a sua entrada.

O capital político de Kassab foi muito importante para a criação do partido. Ele foi capaz de mobilizar parte considerável da bancada do DEM para sua nova legenda. Braço direito durante o período de criação da legenda, temos o vice-governador de São Paulo e Secretário da Micro e Pequena Empresa do governo Dilma, Affif Domingos. Correligionário de Kassab no DEM, o vice-governador também foi responsável por escrever a carta de valores que embasará o futuro do programa do partido.

Dentro das opções que se apresentaram, Kassab optou por criar sua própria legenda. O político conseguiu arrebatar muitos correligionários para seu plano político. Apenas do Democratas, Kassab conseguiu trazer 19 deputados da legenda para seu novo partido. Isto constituiu mais de um terço dos 55 deputados que compuseram o PSD. Dentre eles destacam-se políticos com nomes de tradição dentro do PFL/DEM, como Paulo Bornhausen e Affif Domingos.

Uma questão interessante sobre o processo de migração dos parlamentares do PSD é quanto a origem de seus partidos. Conforme a tabela 02, podemos observar que a legenda surge com a transferência de 16 partidos distintos na Câmara. Observamos que grande parte deste montante veio do DEM. O restante foi bem disseminado entre as outras agremiações. A maioria destes parlamentares estavam fora da base do governo. Quando o PSD foi criado, os principais partidos de oposição eram: PSDB, DEM, PPS e PSOL. Deste agrupamento vieram 25 deputados das três primeiras legendas, que podem ser somados a mais quatro parlamentares do PR, que no início de 2011, tinha saído da base do governo⁹.

Do total de deputados que migraram para o PSD, nota-se que mais de 70% deles vieram de legendas sem pastas ministeriais. Cabe lembrar que, desde sua origem, o PSD sinalizou que seria parte da base governista e demonstrou isso ao final de 2011 onde

⁹ Disponível em : <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2012/04/27/popular-dilma-perde-apoio-no-congresso/>. Acessado em 07/11/2014.

mesmo sem acesso a cargos, votava conforme a orientação do governo. Este movimento pode ser explicado, em parte, pelo modelo distributivista da ação parlamentar. Limongi (1994) faz uma leitura do novo institucionalismo norte-americano. Dentro dos modelos apresentados pelo autor, a ação destes deputados pode ser melhor compreendido através do modelo distributivista. Nele, considera-se que o interesse principal dos parlamentares é a vontade de se reeleger. Todas as suas ações ao longo do mandato são direcionadas a este fim.

A aproximação com o governo seria uma circunstância onde o deputado teria maiores chances de alcançar a reeleição. Entre outras coisas, a aproximação do governo acarreta na maior taxa de aprovação de emendas orçamentárias. Na obra de Pereira e Rennó (2007) os autores encontram uma relação direta entre a fidelização do parlamentar com o executivo, a implementação de emendas orçamentárias e o sucesso nas urnas.

Tabela 02 – Origem por partido e por estado dos Deputados do PSD (2011)			
Partidos	Nº	Estado	Nº
DEM	19	SP	09
PPS	04	BA	06
PP	04	MG	06
PR	04	RJ	05
PMN	03	GO	04
PMDB	03	SC	04
PSC	03	MT	03
PV	03	AM	03
PDT	03	PR	02
PSDB	02	PI	02
PTB	02	RR	02
PHS	01	MA	02
PCdoB	01	TO	02
PSB	01	RO	01
PT	01	RN	01
PSL	01	RS	01
		CE	01
		AL	01
Total	55	Total	55

Fonte: Minha autoria

Outra questão interessante é o grau de disseminação de origem das bancadas estaduais dos partidários do PSD. Dos 27 Estados brasileiros, 18 contam com ao menos um deputado peesedista. Contudo, observa-se uma concentração destes na região Sudeste. Vinte dos cinquenta e cinco deputados vieram de São Paulo, Minas Gerais e

Rio de Janeiro. São Paulo é o berço do partido, pois é o colégio eleitoral do presidente da legenda. Ainda assim, o grau de distribuição regional é bastante alto.

Partidos políticos de centro-direita buscaram, de diversas formas, coibir o surgimento da nova legenda. O DEM antecipou as eleições internas do partido, tentando agradar Kassab e impedir sua migração. O PSDB lançou uma série de ações pulverizadas por todo o país, contestando o processo de registro da nova legenda. Os partidos que mobilizaram maiores esforços para impedir a criação do PSD foram os mais prejudicados com a sua criação.

O período de formulação, registro e validação do Partido Social Democrático durou menos de um ano. A pressa para o registro da legenda se deve a legislação eleitoral que obriga os políticos à estarem filiados, ao menos, um ano a uma legenda para que possam se candidatar as eleições. Sendo assim, os partidários do PSD estavam interessados nas eleições municipais de 2012. O interesse, então, pode ser justificado se verificarmos os números obtidos pelo PSD no pleito. O PSD foi o quinto maior partido a eleger vereadores em 2012. A legenda obteve 4.570 cadeiras nas Câmaras Municipais espalhadas por todo o país. As votações mais expressivas ocorreram no nordeste, onde o partido elegeu 1.875 vereadores. Já para as prefeituras o PSD conquistou 494 municípios. O número é bastante expressivo, ficando a frente de legendas tradicionais como o DEM, PSB e PP, por exemplo¹⁰. Os números indicam que o PSD foi capaz de trazer uma série de políticos com forte base municipal para os seus quadros.

Desde seu nascimento, o PSD já surge como um partido forte. Em 2011, a legenda surge como uma das cinco maiores legendas da Câmara. Ainda, conseguiu filiar um senador a legenda. Posteriormente, alcançou valores expressivos nas urnas em 2012, elegendo grandes bancadas nas Câmaras Municipais e conquistando diversas prefeituras ao longo do país.

3.2 Partido Pátria Livre (PPL)

Uma semana após o surgimento do PSD, nasce o Partido Pátria Livre (PPL). Ele foi registrado oficialmente, junto ao TSE, no dia 4 de outubro de 2011. O número da legenda é 54 e seu atual presidente é Sérgio Rubens de Araújo Torres.

¹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pmdb-e-psdb-perdem-vereadores-e-pt-cresce-nas-camaras-municipais.html>. Acessado em 20/11/2014.

A origem do Partido remonta ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). O grupo foi formado na década de 1960 e é uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O MR-8 foi um grupo radical de esquerda, mas tendeu a moderação ao longo dos anos. O grupo político atuou durante muitos anos dentro do PMDB. Em 2008, o MR-8, por divergências políticas, sai do bojo do PMDB e lança carta a sociedade afirmando a necessidade de se criar um novo partido. Em 2009, em ato público, o estatuto e programa do partido foram aprovados e, em 2011, a legenda foi definitivamente registrada.

Os principais atores políticos que compuseram o Partido Pátria Livre (PPL) não possuíam grandes trajetórias ocupando cargos públicos eletivos. Seu presidente, Sérgio Rubens, atuou principalmente como guerrilheiro e defensor ideológico de orientação esquerdista. O partido não conta com representação política dentro da Câmara dos Deputados ou Senado Federal. Apenas um suplente de senador, José Costa Ribeiro (MA), que assumiu interinamente o cargo no lugar do titular da cadeira entre 2012 e 2013.

Sendo registrado em 2011, o PPL teve a oportunidade de participar das eleições municipais de 2012. Dentro das Câmaras Municipais, a legenda alcançou 173 cadeiras. A votação, apesar de reduzida, foi superior a partidos menos recentes, como é o caso do PSOL, PSTU e PCB. Já na corrida ao Executivo municipal, o PPL alcançou 12 prefeituras. Os valores, apesar de baixos, são um pouco superiores a algumas legendas ideológicas radicais de esquerda.

Concebido como um partido de centro-esquerda e, na sua origem, identificado com o projeto petista do Governo Lula, a legenda não reproduziu o mesmo apoio no governo Dilma. Diferente do PSD, o PPL não obteve tanto prestígio e pompa na sua formação. Os *keyplayers* da agremiação foram selecionados pelo seu cunho ideológico, e tradição dentro do antigo movimento guerrilheiro (MR-8) que originou a legenda. Estes indivíduos, contudo, possuem baixa experiência em eleições e capital político.

3.3 Partido Ecológico Nacional (PEN)

Único partido da lista registrado em 2012, temos o Partido Ecológico Nacional (PEN). O presidente da legenda é Adilson Barroso Oliveira e seu número é 51.

Adilson Barroso é ex-deputado estadual por São Paulo pelo PSC. Em declarações, o presidente afirmou que o partido está calcado nos valores da social

democracia cristã. Em 2014, Barroso não conseguiu eleger-se como deputado federal por SP. A legenda se junta ao Partido Verde (PV) como defensores das causas pró meio ambiente. Além de princípios ecológicos, a legenda encontra-se intimamente ligada a questões religiosas. Para seu registro, o PEN contou com o apoio da Igreja Evangélica Assembleia de Deus¹¹.

Segundo a legislação eleitoral, para um partido participar de alguma eleição ele deve estar registrado a, ao menos, um ano. Neste caso, o PEN não pôde participar das eleições municipais de 2012.

Fato interessante para se analisar é a força eleitoral dos principais políticos presentes na legenda. Seu presidente Adilson Barroso, apresenta carreira política modesta. Foi vereador duas vezes, e foi eleito outras duas vezes como vice-prefeito do município de Barrinha, interior de São Paulo. Em 2003 e 2007 assumiu o cargo de deputado estadual em São Paulo. Nos dois pleitos seguintes (2010 e 2014) foi derrotado nas urnas.

Um fato que chama a atenção do PEN é a composição do seu diretório nacional. Ele é composto, em grande maioria, por parentes de Adilson Barroso. Seu irmão, Rogério Barroso figura, mesmo depois de dois anos da criação do partido, como 2º vice-presidente da legenda. Grande parte dos membros do diretório nacional não ocupa qualquer cargo público eletivo.

Atualmente, o Partido Ecológico Nacional ocupa uma cadeira dentro da Câmara Federal. Ela é ocupada pela deputada Nilmar Gavino Ruiz. A legenda possuía dois deputados anteriormente, mas o deputado Francischini migrou para o Solidariedade (SD) quando este surgiu.

3.4 Partido da Ordem Social (PROS)

Em 24 de setembro de 2013 surge o Partido da Ordem Social (PROS). O número da legenda é 90 e o seu presidente é Eurípedes de Macedo Júnior. Ele surge as vésperas do prazo estipulado pela Justiça Eleitoral como limite para que um novo partido pudesse concorrer as eleições de 2014. O PROS nasce em um contexto de amplo embate político como base de sustentação do governo Dilma.

¹¹ Disponível em: <http://noticias.gospelmais.com.br/assembleia-deus-responsavel-criacao-partido-politico-38007.html>. Acessado em 05/11/2014.

A história oficial do partido remonta ao seu presidente Eurípedes Junior. Segundo a página oficial do PROS, o político ocupou apenas o cargo de vereador de Planaltina – GO. A ideia de criação do partido surgiu em 2008. A principal bandeira levantada pelo partido é a redução de impostos e a Reforma Tributária.

Em novembro de 2014, o PROS conta com vinte e um deputados federais, um senador e um governador. A origem dos parlamentares que compõem a nova legenda é bastante diversa. Conforme se verifica na tabela 03, o partido que mais cedeu deputados aos PROS foi o PSB. O movimento pode ser entendido como uma resistência destes deputados em migrar para oposição. O PSB, neste período já havia deixado a base o governo petista com a intenção de lançar candidatura própria à disputa presidencial de 2014. A segunda legenda que ofereceu mais deputados, o PR, no entanto, realizou movimento contrário. Depois de escândalos no início do governo, o Partido Republicano foi reintegrado a base governista.

No que tange a origem destes parlamentares, observa-se que ela é bastante diversa. Os 21 deputados originam-se de 15 estados brasileiros distintos. O estado que mais concentrou parlamentares foi o Ceará. O movimento é ligado a família Gomes, representada pelos irmãos Ciro e Cid. Os dois, que não são deputados, mas que se apresentam como figuras relevantes dentro do cenário político nacional. Cid Gomes é o atual governador do Estado do Ceará e Ciro. Com o intuito de apoiar a reeleição de Dilma Rousseff, os dois migraram do PSB, que saiu da base governista, para o PROS.

Partidos	Nº	Estado	Nº
PSB	06	CE	05
PR	05	RJ	03
PDT	03	SP	01
PP	02	ES	01
PSC	01	MA	01
PSD	01	BA	01
DEM	01	DF	01
PTB	01	PA	01
PSDB	01	MT	01
		AL	01
		MG	01
		PB	01
		PR	01
		RR	01
		PE	01
Total	21	Total	21

Fonte: Minha autoria

Sendo uma das poucas figuras políticas conhecidas nacionalmente dentro do Partido, os irmãos Gomes tem conquistado um protagonismo dentro da legenda, o que gera atrito com o presidente nacional do PROS.

O Partido Republicano da Ordem Social nasce para dar sustentação a base do governo de Dilma Rousseff. Logo após seu surgimento, o PROS formou um bloco com o PR dentro da Câmara dos Deputados¹². O líder do Partido na Casa é Givaldo Carimbão (AL) que se encontra na sua quarta legislatura como deputado federal. O PROS compôs a coligação *Com a força do povo*, responsável pela candidatura de Dilma a reeleição presidencial e sinaliza manter seu apoio no próximo governo de Dilma Rousseff.

3.5 Solidariedade (SD)

Também no dia 24 de outubro de 2013 foi registrado junto ao TSE, o partido Solidariedade (SD). O número da legenda é 77 e o partido é presidido pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, mais conhecido como Paulinho da Força Sindical. O partido nasce como oposição ao governo petista.

A composição inicial do SD é ainda mais dispersa que a do PROS. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, deputados de doze legendas distintas migraram para o Solidariedade. Os principais prejudicados com a criação do SD foram o PDT, que perdeu seis deputados, e o PMDB que perde quatro cadeiras. Neste caso, observa-se um pouco mais de equilíbrio na relação base-oposição. A distribuição dos parlamentares ficou parelha entre os apoiadores e aos contrários ao governo Dilma. Contudo, observa-se que os partidos da base que mais cederam parlamentares (PDT e PMDB) possuem setores muito descontentes com o atual governo. Na convenção partidária que confirmou o apoio do PMDB ao governo Dilma, 41% do partido votou contra a aliança¹³. No caso do PDT, Planalto e o partido tiveram atritos quando a Presidenta

¹² A formação de bloco é a união de dois ou mais partidos dentro da Câmara. Os partidos que compõem o bloco são representados por um líder oriundo de uma das legendas presentes. Uma das vantagens de participar de um bloco é que, para efeito regimental, soma-se a bancada de todos os partidos presentes no bloco. Isto pode acarretar, entre outras coisas, em prioridade na escolha de presidência das comissões permanentes, por exemplo.

¹³ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ala-anti-dilma-do-pmdb-surpreende-e-leva-41-dos-votos-partido-nao-esta-tao-dividido-desde-2002/>. Acessado em: 24/11/2014.

exonerou o presidente da legenda Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho por conta de supostas irregularidades¹⁴.

Quanto a distribuição regional destes políticos não observamos nenhum padrão ou concentração destes deputados. O estado com mais representantes do SD é a Bahia, com três deputados. Este valor é muito próximo ao dos demais estados. Em novembro de 2014, o Solidariedade encontra-se representado na Câmara em dezoito estados brasileiros.

Tabela 04 – Origem por partido e por estado dos Deputados do SD (2013)			
Partidos	Nº	Estado	Nº
PDT	06	BA	03
PMDB	04	SP	02
PR	02	MG	02
PPS	02	SE	02
PEN	02	ES	01
DEM	01	AP	01
PSD	01	PE	01
PT	01	GO	01
PSL	01	PA	01
PP	01	CE	01
PRTB	01	PB	01
PSDB	01	AM	01
		MA	01
		DF	01
		PR	01
		RR	01
		TO	01
		RJ	01
Total	23	Total	23

O SD, junto com o PROS, surgem na última janela de oportunidade para que os políticos pudessem migrar de legenda e ainda assim concorrer a um cargo eletivo no ano seguinte¹⁵. Outro fator interessante ao SD foi a negação do registro do Partido Rede Sustentabilidade¹⁶. Com isto, muitos parlamentares que comporiam a Rede tiveram que migrar para alguma legenda caso quisessem participar das eleições de 2014. Apesar da

¹⁴ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-06/em-convencao-nacional-pdt-oficializa-apoio-reeleicao-de-dilma>. Acessado em: 24/11/2014.

¹⁵ A Legislação eleitoral obriga que o político esteja filiado a, ao menos, um ano naquela legenda para que possa ser candidato a algum cargo eletivo.

¹⁶ Na época, Marina Silva e outros parlamentares articularam a criação do Partido Rede Sustentabilidade. Devido a problemas no colhimento de assinaturas, a legenda não foi criada a tempo de concorrer as eleições de 2014.

maioria ter ido para o PSB, os partidos SD e PROS também conseguiram atrair parte destes políticos.

O partido já surge com a intenção de realizar oposição ao governo petista. O fato é confirmado em plano nacional com a presença do SD na coligação de sustentação a candidatura de Aécio Neves (PSDB) ao Palácio do Planalto.

Figura proeminente no partido é a de seu presidente, Paulinho da Força Sindical. Líder do movimento “Força Sindical”, Paulo Pereira tenta transportar seu prestígio e contato com o setor trabalhista da sociedade brasileira para o restante do partido. A Força Sindical foi criada em 1991 para confrontar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade representativa da classe trabalhista ligada ao PT. Paulinho que também é presidente da Força e foi eleito deputado federal em três oportunidades (2006, 2010 e 2014).

Apesar de não contar com governadores, o partido possui uma bancada considerável na Câmara Federal, além de estar representado no Senado por Vicentinho Alves (TO). A origem dos parlamentares do SD é extremamente pulverizada entre os estados. A Bahia foi quem mais contribuiu com parlamentares para o Solidariedade (3). No entanto, a origem dos deputados estão distribuídos em mais de 17 estados. A distribuição destes políticos, tanto na questão geográfica (estado), quanto partidária ou ideológica é diversa.

4 LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Nesta seção serão analisados os incentivos e as coerções causada pela legislação político-eleitoral brasileira para a criação de partidos políticos. Busca-se verificar qual o papel e o grau de influência do nosso arcabouço legislativo para a existência destes novos partidos.

Primeiro, analisaremos a Lei 9.906 de 19 de setembro de 1995. Ela trata sobre os partidos políticos. Para criar um partido no Brasil necessita-se colher assinaturas de eleitores que correspondam a 0,5% do eleitorado nacional, espalhados por, ao menos 09 estados brasileiros onde, no mínimo, todos tenham ao menos 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles. Dado os inúmeros recursos presentes na atualidade como a internet, o colhimento destas assinaturas não se tem apresentado como uma tarefa muito difícil. Para se ter noção, atualmente, são necessárias mais que o dobro

assinaturas para se apresentar um projeto de lei de iniciativa popular (1,5 milhão) do que para criar um partido político.

A pergunta ainda persiste, qual a vantagem de criar-se um partido político no Brasil? Uma das principais vantagens é o acesso a recursos públicos. Todos os partidos políticos tem acesso ao fundo partidário. A distribuição de recursos do fundo ocorre da seguinte forma: 95% distribuídos conforme a representação de cada partido na Câmara dos Deputados e 5% distribuídos igualmente entre todos os partidos políticos. A título de exemplificação, em 2013, o Partido Pátria Livre (PPL) que não possui representação na Câmara dos Deputados, recebeu ao todo R\$ 484.230,47¹⁷. O partido tem acesso a quase meio milhão de reais por ano sem a necessidade de possuir nenhum representante em quaisquer arenas representativas, seja Legislativo ou Executivo de qualquer esfera da federação.

Outro fator de interesse é o acesso, gratuito aos partidos, de exposição no rádio e na televisão. A distribuição é feita da seguinte forma: um terço do tempo é distribuído igualmente entre todos os partidos políticos e os outros dois terços são distribuídos conforme a representatividade de cada um dos partidos dentro da Câmara dos Deputados. Quando há coligações, o tempo de exposição na mídia de todos os partidos da coligação é somado. Já neste caso, todos os partidos já contam com uma moeda de barganha com as demais legendas. O partido tem a oportunidade de se coligar a outras legendas, na esperança de, por exemplo, alcançar cargos políticos em algum governo. Em troca, a nova legenda cede seu tempo na mídia para as demais agremiações.

Os dois itens supracitados são elementos interessantes por si só para que um indivíduo crie um partido. As moedas de barganha e o montante de recursos a que a legenda tem acesso são bastante expressivos. Os novos partidos, por si só, já iniciam a disputa eleitoral com moedas de troca que, ao menos facilitam o crescimento da legenda.

Ainda, é fácil observar que muitos destes novos partidos obtiveram grande parte de suas forças através do processo de migração partidária. Dentro da Ciência Política, muito se discute sobre o tema. Um dos principais motivos para que este processo ocorra de forma deliberada é por conta da ausência de punições aos políticos que migram de partido. O art. 17 §1º da Constituição Federal prevê que os partidos tem autonomia para descrever as condições e punições para quem abandone a legenda. No entanto, o

¹⁷Fonte: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-distribuicao-do-fundo-partidario-duodecimos-2013>. Acessado em: 10/11/2014.

entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que um político não pode perder o cargo político por conta de uma mudança de legenda, independente do que o estatuto de cada legenda preveja (ARAS, 2007, p. 167).

A legislação mais recente acerca do tema é a Resolução do TSE nº 22.610/2007 (com redação alterada pela nº 22.733/2008). Interessante notar que estes foram os primeiros partidos registrados após a vigência da Resolução.

A partir disto, os políticos só podem mudar de partido em quatro casos específicos Primeiro, quando há a incorporação ou fusão do partido; segundo, criação de uma nova legenda; terceiro, mudança brusca de orientação ideológica e; quarto, discriminação pessoal ou perseguição política¹⁸. Analisando estes quatro casos, percebemos que os partidos não são incentivados a fundirem-se porque abrem a oportunidade para que seus filiados insatisfeitos saiam da legenda. O terceiro e quarto caso tratam de questões mais específicas, pontuais. A principal janela de oportunidade encontra-se no segundo caso. A criação de novos partidos tornou-se, portanto, a fonte mais acessível para que parlamentares insatisfeitos migrassem de seus atuais partidos para outros.

Concebida a ideia de que os parlamentares brasileiros, frequentemente, sentem a necessidade de migrar para outras legendas, seja por conflitos internos, seja pela busca de maior espaço e por um papel de protagonismo no jogo político, os novos partidos se beneficiaram deste processo. O PSD foi o mais beneficiado. Ele foi a primeira agremiação surgida após um período de cinco anos. Assim, conseguiu aglomerar uma série de políticos que ansiavam por mudanças.

Ao final de 2013, a presidenta Dilma sancionou a lei 12.875 que inibe o surgimento de novos partidos políticos. A nova legislação surge como uma tentativa dos atuais partidos de não terem suas forças reduzidas com a criação de novas agremiações.

Conforme salientado anteriormente, 95% dos recursos do fundo partidário são distribuídos proporcionalmente conforme a representação de cada legenda na Câmara dos Deputados. A nova lei afirma que serão desprezadas as composições de bancadas oriundas de migrações partidárias. Assim, valerá a composição gerada pela eleição anterior.

¹⁸Disponível em: http://www.tse.jus.br/internet/partidos/fidelidade_partidaria/res22610.pdf. Acessado em: 02/10/2014.

O art. 2º da Lei caminha no mesmo sentido. Para efeito de distribuição de tempo de rádio e televisão, o tempo distribuído proporcionalmente levará em conta o resultado obtido na última eleição para deputado federal.

O sentido de todas estas mudanças é para que os novos partidos surjam com menos força do que tem ocorrido. Com a aplicação da lei, as novas legendas, não importando o número de deputados que migrem para elas, terão acesso a recursos de tempo de rádio e tv e acesso ao fundo partidário semelhante ao recebido pelas legendas que não contem com qualquer representação na Câmara. Assim sendo, elas terão menos recursos para investir nas campanhas eleitorais dos anos seguintes e, com isso, os partidos que elegeram os deputados que migraram, não perderam recursos com o surgimento de novas agremiações.

É certo que, a nova legislação não impedirá o registro de partidos. Eles ainda constituir-se-ão de mecanismos interessantes para reacomodar as elites. Como será apresentado mais a frente, as novas legendas servem, também, para que haja trânsito dos parlamentares entre a base e oposição. No entanto, a lei gera empecilhos para que as novas legendas se sustentem ao longo dos anos. Com acesso reduzido a recursos públicos, as legendas que tenham obtido número relevante de parlamentares via processo migratório, terão poucos recursos para investir na reeleição dos mesmos.

5 ANÁLISE DOS ESTATUTOS

Todos os partidos brasileiros atuais, para serem registrados juntos a Justiça Eleitoral necessitam de um estatuto. Ele trata do funcionamento e da dinâmica interna de cada partido, a organização de seus diretórios regionais e nacionais, processo de filiação, dentre outros elementos. Além disto, os estatutos costumam trazer quais os valores que pautam as diretrizes das ações de cada um dos partidos. Além deles, as legendas possuem outros documentos que registram seus valores e princípios, como os programas, bandeiras, plataformas de campanha, etc.

A análise de estatutos é uma ferramenta interessante para se compreender a posição política de um partido. A metodologia está englobada no espectro de auto identificação. Associada aos demais dados colhidos durante esta pesquisa, permite gerar um quadro mais fidedigno destas legendas.

A análise desses documentos pode permitir uma noção das pautas que serão defendidas por estas instituições, as possíveis coligações que elas irão formar, os setores

das sociedades que eles buscariam privilegiar, qual a posição da instituição dentro do binômio direita-esquerda, etc. Tarouco e Madeira (2013) demonstram em sua obra a dificuldade de distribuir os partidos políticos diante do tradicional binômio que marca a política no mundo. Conceito bastante volátil, Bobbio (2001) trás a questão da igualdade como elemento definidor destes dois campos. A Direita, comumente, enxerga as desigualdades como naturais e, por isso, não podem ou devem ser eliminadas. Para a Esquerda as desigualdades são construídas socialmente e, portanto, passíveis de serem eliminadas. Os dois termos no Brasil são comumente associados a diversos termos. A esquerda é associada a: revolucionários, socialistas, populares (sindicais) e igualitários. A direita associada a: conservadores, capitalistas, elitistas e liberais.

Além das questões supracitadas, os partidos buscam se identificar através de temas específicos. Dentre eles destacam-se valores religiosos, ecológicos, priorização de camadas da sociedade, luta pelo direito das minorias, entre outros. Dentro desse espectro podemos identificar valores e ideologias presentes na estrutura política de cada partido.

Primeiramente, temos o **Partido Social Democrático**. O PSD conta com dois principais documentos: seu estatuto registrado junto ao TSE e uma carta de princípios e valores, redigidas pelo ministro Afif Domingos, que seriam o embrião do programa da legenda.

No art. 2º do Estatuto do PSD encontramos a expressão de alguns valores:

“Partido Social Democrático constitui-se como instrumento de realização do processo político fiel ao princípio democrático, ao regime republicano em sua forma federativa, para defender um Brasil mais forte, desenvolvimentista, com uma economia dinâmica, moderna, competitiva e sustentável; um Brasil mais justo, no qual todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei; um Brasil equânime pela inclusão social e um Brasil mais solidário, com mais oportunidades para todos”.¹⁹

Nele, encontramos valores e princípios como: democracia, desenvolvimentista, sustentável, inclusão social e oportunidades para todos. Observamos que as características apontadas pelo partido apresentam caráter genérico, sem que haja referência a alguma corrente ideológica específica como, por exemplo: socialismo ou liberalismo. Sendo assim, buscamos olhar para a carta de princípio e valores do PSD.

¹⁹ Art. 2º do Estatuto do PSD. Disponível em: <http://www.psd.org.br/estatuto/>. Acessado em: 02/11/2014.

A carta é constituída de quatro páginas e foi desenvolvida para ser um embrião do programa do partido. Ela conta com 12 princípios: Desenvolvimento com liberdade, Desenvolvimento exige liberdade, Democracia e voto distrital, Direito de propriedade e respeito aos contratos, Igualdade de oportunidades, Sustentabilidade e inovação tecnológica, Transparência e respeito ao cidadão contribuinte, Liberdade de imprensa, Livre associação, Descentralização e subsidiariedade, Livre comércio e defesa de valores e Liberdade e responsabilidade individual. Dos doze princípios elencados pela carta, nota-se que metade deles (seis) apresentam o termo “liberdade”. E estes termos estão atrelados essencialmente a liberdades individuais (livre associação e liberdade de imprensa) ou ligados a questões mercadológicas (livre comércio, desenvolvimento com liberdade e desenvolvimento exige liberdade). Ainda, a carta defende o direito de propriedade e respeito aos contratos.

O presidente do Partido, Gilberto Kassab, ao ser indagado sobre o posicionamento político do seu partido perante o binômio direita-esquerda pronunciou a seguinte frase: “nem esquerda, direita ou centro”²⁰. O presidente buscou não taxar o partido. Contudo, observamos que os princípios da organização estão atrelados a liberdades individuais e econômicas, traços marcantes do liberalismo, pensamento ligado ao entendimento, no Brasil, do que seria uma agremiação de direita. Para reforçar esta hipótese, pode-se verificar a origem dos parlamentares que compõem o PSD. Grande parte deles, como é o caso do seu presidente, vieram do DEM. Partido este reconhecido como um dos mais direitistas do Brasil.

Entretanto, mesmo o PSD com muitos parlamentares originários da oposição, o partido, desde o início, entrou para a base do governo. Em seguida, o partido ainda foi o primeiro a declarar apoio formal a reeleição da Presidenta da República, Dilma Rousseff²¹.

Observamos então que o partido busca não se identificar do ponto de vista ideológico. No entanto, seus princípios políticos e a origem de seus parlamentares remontam a uma legenda de cunho mais liberal, localizado a direita do espectro ideológico. Por fim, mesmo com toda esta formação do partido, a legenda opta por apoiar o governo do Partido dos Trabalhadores, identificado como de centro-esquerda.

²⁰ Fonte: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756>

²¹Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/em-convencao-nacional-psd-aprova-f/apoiar-dilma-na-eleicao-de-outubro.html>. Acessado em: 18/11/2014.

O rearranjo das forças políticas pode ter sua explicação, entre outras questões, pela busca por cargos e os demais benefícios obtidos por fazer parte do governo.

O **Partido Pátria Livre (PPL)** apresenta um programa partidário anterior ao seu registro junto ao TSE. Em abril de 2009, o PPL lança seu programa declarando apoio velado ao governo do então Presidente da República, Lula da Silva. Já em seu programa, o Partido mostra o interesse de compor a base do governista. Contudo, nas eleições presidenciais de 2014, o PPL abandonou o projeto petista e compôs a coligação que deu sustentação à candidatura de Marina Silva (PSB).

O programa partidário do PPL é um documento extenso, de quase trinta páginas. Ele é desenhado a partir de uma perspectiva histórica, apontando para a formação político-econômica do Brasil. O programa enxerga com bons olhos o governo de Getúlio Vargas e seus avanços para sociedade. Aponta para a rápida saída da crise de 1929 do Brasil e dos inúmeros avanços sociais conquistados no período como legislação trabalhista, previdência social, universidades públicas e voto feminino.

Ele aponta como um modelo de sucesso no Brasil durante o século XX o nacional-desenvolvimentismo. O conceito trata de um processo de crescimento industrial atrelada a uma forte intervenção estatal, na busca de incentivos e recursos para o setor. Ele busca incentivar o fortalecimento das empresas nacionais, gerando vantagens competitivas a elas em relação as empresas estrangeiras²².

O principal expoente deste movimento foi o governo de Juscelino Kubitschek que, entre outras coisas, criou a nova capital do país, Brasília e incentivou o surgimento de uma forte indústria automobilística nacional.

O texto aponta também para o processo inverso que ocorreu durante a Ditadura Militar. Nela, houve um enfraquecimento da indústria local em nome de uma “vocação natural” do Brasil para o setor agroexportador.

No momento posterior, a redemocratização e a Constituição de 1988 deram bases sólidas para que o país pudesse retomar o processo nacional-desenvolvimentista. No entanto, o projeto foi frustrado com a pressão dos principais países capitalistas sobre as nações devedoras de empréstimos internacionais, como o caso do Brasil. A pressão forçou estes países a abrirem seu capital externo e iniciar um processo de privatização, que teve seu auge nos governos Collor, Itamar e FHC.

22

Disponível

em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_nacional_desenvolvimentismo.htm.

Acessado em: 17/11/2014.

A retomada real do nacional-desenvolvimentismo, segundo o programa do PPL, surge com o governo Lula. O governo petista fortaleceu a Petrobrás, descobriu o Pré-sal e trouxe autossuficiência ao Brasil na questão petrolífera.

Assim, o Programa Partidário do PPL é amplamente marcado por um modelo econômico: o nacional-desenvolvimentismo. Ele aponta, a partir de relatos históricos, que o Brasil encontrou desenvolvimento econômico e conquistas sociais apenas quando adotou esta roupagem. Ele enxerga de forma positiva os governos que trouxeram foco no social, como é o caso de Vargas, João Goulart e Lula. A atuação de JK também é avaliada positivamente pelo foco dado ao fortalecimento da indústria nacional.

O PPL defende assim, um modelo de crescimento nacional com presença do Estado, sendo este, ator propulsor da economia nacional. Este modelo escapa da perspectiva liberal de Estado Mínimo. Ao longo de seu programa, o partido condena amplamente o processo de privatização instalado por alguns governos recentes. Ele enxerga como nocivo o controle do capital estrangeiro sobre as principais empresas que atuam no País.

Contudo, o modelo escolhido pelo partido, apesar de ser amplamente contrária a tese liberal, também não se encontra inteiramente de acordo com uma visão socialista de economia. O PPL credita como importante a atuação do setor privado na dinâmica econômica brasileira. O partido acredita que esta participação só é positiva quando o controle deste setor privado está nas mãos de empresas nacionais, impedindo assim que haja uma fuga de capitais do País.

Assim sendo, o programa partidário do PPL corrobora com a alta intitulação dada pelo partido de que o mesmo identifica-se como um partido de centro-esquerda.

O terceiro estatuto a ser exposto é o do **Partido Ecológico Nacional**. Já no seu terceiro artigo, o partido evidencia alguns elementos preponderantes da sua formação política.

“Art. 3º - O PEN⁵¹ tem como ensino de base os conceitos da Social Democracia Crista, com ações e projetos que estejam voltados a Ecologia, e a preservação dos recursos físicos (água, ar e solo), que estão entre si intimamente ligados e em equilíbrio dinâmico, portanto essenciais para a preservação da espécie humana.²³”.

²³ Art. 3º do PEN. Disponível em: http://pen51.org.br/documentos/estatuto_pen.pdf. Acessado em: 30/11/2014.

Logo de início, dois termos chamam a atenção neste artigo: Social Democracia Cristã e Ecologia. Como a maioria das ideologias postas, o termo é de difícil definição. Contudo, podemos observar uma série de valores inerentes a este pensamento. Segundo BOBBIO (1998), pensamento social cristão surge com o Papa Leão XIII através de um documento intitulado *Rerum Novarum*, em 1891. O documento coloca o indivíduo como inserido em um contexto social. A sociedade deve se desenvolver de modo à melhorar a vida de cada indivíduo. O pensamento social cristão defende a liberdade de livre associação, inerente aos agrupamentos religiosos. Ela também responsabiliza o Estado pelo cuidado e trato dos mais necessitados. Ainda, o documento relembra a preponderância dos valores religiosos sobre os mundanos, e a sobreposição dos valores cristãos sobre as leis do Estado.

O pensamento social cristão é, em sua origem, essencialmente católico. Contudo, no Brasil, ele é protagonizado pelos representantes de instituições evangélicas. Outro partido que carrega estes valores é o Partido Social Cristão (PSC).

Aqui, o termo é carregado de outros valores. Nas campanhas eleitorais ele é vocalizado pela expressão: “Em defesa da família brasileira”. Termo este, que compreende a formação do núcleo familiar como a união entre um homem e uma mulher. A ideologia é contra a união homossexual, ao aborto, em nome da defesa da vida, entre outras questões.

O segundo termo identificado no artigo supracitado é Ecologia. O conceito ganha ainda mais relevância por constar no nome da legenda. Dado este conceito, depreende-se a defesa do meio ambiente e de um crescimento econômico sustentável e responsável. Fica ainda mais claro que o foco do partido é o Meio Ambiente quando se lê o documento intitulado “História do PEN”, onde aponta para a participação de suas lideranças em eventos como a Rio+20.

A defesa do tema é comumente associada aos Partidos Verdes, agremiações espalhadas por todo o mundo. Nos últimos anos o tema tem encontrado mais espaço dentro do cenário nacional, em especial, pela candidatura a presidência de Marina Silva (2010 e 2014), ex-ministra do Meio Ambiente.

A linha de pensamento ecológica trás consigo uma visão distinta de desenvolvimento econômico. Ela preconiza incentivos a setores e empresas que reduzam seu impacto ecológico, focam em fontes de energia renováveis e de baixo impacto ambiental, como hidrelétricas, por exemplo.

O PEN não trás em si um posicionamento político quanto o binômio: direita e esquerda. Ainda, as ideologias que formam o estatuto do partido podem apresentar bases contrárias, como o conservadorismo, comumente ligadas aos pensamentos religiosos e as teses ambientalistas que, normalmente, associam-se a grupos políticos de esquerda.

O quarto estatuto a ser analisado é do **Partido Republicano da Ordem Social (PROS)**. Semelhante ao que ocorre com o PSD, o estatuto apresenta termos muito vagos, conforme visto abaixo:

“Art. 4º - tem como estrutura interna a democracia e a disciplina, tendo como objetivos a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; a realização para o desenvolvimento humano, devendo o trabalho prevalecer sobre o capital e com o equilíbrio da distribuição da riqueza nacional entre todas as classes sociais e em todas as regiões”²⁴.

O artigo supracitado carrega termos como: “igualdade de oportunidades”, “trabalho prevalecer sobre o capital” e “equilíbrio da distribuição da riqueza nacional”. Todos estes termos sugere uma ideologia atrelada mais ao coletivo, com preponderância da igualdade sobre a liberdade. Tudo isto sugere uma visão mais a esquerda do espectro político-ideológico.

Durante a sua fundação, em 2013, o partido foi acusado de copiar o programa de partido do PTN, antiga legenda do presidente Eurípedes Júnior²⁵. A partir da denúncia, o programa foi desvinculado do site institucional da legenda. Com isto, o PROS levanta algumas bandeiras políticas, dentre elas temos: Reforma Tributária, Combate as Drogas, Segurança, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Tecnológico e Desburocratização do Estado. Na descrição destas bandeiras, encontramos algumas questões voltadas para uma postura mais direitista. Dentre elas temos repressão ao tráfico de drogas, meritocracia dentro do serviço público e segurança ao patrimônio individual.

Os elementos supracitados não estão concentrados em alguma linha política específica. O próprio presidente da entidade, em entrevista afirma que “Tem de tudo

²⁴ Art. 4º do estatuto do PROS. Disponível em: http://www.pros.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Estatuto_PROS.pdf. Acessado em: 30/11/2014.

²⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/09/recem-criado-pros-plagia-programa-do-ptn.htm>. Acessado em: 17/11/2014.

aqui dentro (do partido)”. Eurípedes define sua legenda como partido de centro, mas que pode se encaminhar para qualquer direção²⁶.

Apesar dos incentivos e da heterogeneidade dos membros da legenda, o PROS nasce como apoio ao governo Dilma. Este apoio foi reafirmado nas eleições presidenciais de 2014, na qual o partido compôs a coligação de apoio da Presidenta.

Sendo assim, nota-se que a legenda não observa como prioridade uma identificação perante o eleitor quanto a escala direita-esquerda. Apesar disso, Eurípedes Júnior afirma que todos os filiados devem lutar pela redução de impostos no País, principal bandeira do PROS.

Por último, analisaremos o programa e o estatuto do **Solidariedade (SD)**. O seu estatuto não conta com qualquer referência ideológica, versa apenas sobre a estrutura de organização da agremiação.

Em sua página oficial, o Solidariedade aponta para as principais bandeiras a serem defendidas pela legenda. Elas são: Revisão do FGTS, Jornada de 40 horas semanais sem redução salarial, valorização das aposentadorias e fim do fator previdenciário. Apesar de não contar com um programa político, as bandeiras do partido apontam para uma ideologia pró-trabalhador.

O trabalhismo compõe-se da defesa e da ampliação da conquista dos trabalhadores. Estas conquistas comumente estão atreladas a questão salarial e as condições de trabalho dos empregados. Esta corrente costuma rivalizar com setores patronais e os mais ligados ao empresariado. A ideologia também é caracterizada como de esquerda, uma vez que preza a distribuição de riqueza pra maioria da população: os trabalhadores.

A ideologia já foi amplamente defendida por inúmeras legendas brasileiras ao longo dos anos. Na Quarta República, o PTB foi o percussor do movimento, a partir das conquistas trabalhistas de Vargas. No período de redemocratização, a bandeira de defesa dos interesses dos trabalhadores foi dividida entre PT, com o sindicalismo metalúrgico do interior de São Paulo e com o PDT, com o principal herdeiro da política de Vargas, Leonel Brizola.

O Solidariedade surge como uma alternativa a hegemonia petista dentro deste campo. A rivalidade vem do próprio movimento sindical, onde a CUT, muito atrelada ao PT, rivaliza com a Força Sindical, instância paralela de representação trabalhista,

²⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1347618-tem-de-tudo-aqui-dentro-afirma-fundador-do-pros.shtml>. Acessado em: 17/11/2014.

liderada pelo também presidente do Partido, Paulinho da Força Sindical. Este caracteriza seu partido como sendo de centro-esquerda.

Diante do observado nesta seção, concluímos que a análise dos documentos criados pelos partidos é fonte de informação para compreender a ideologia e auto identificação das legendas. Contudo, a análise esbarrou na ausência de documentação. Poucos partidos apresentaram programas e os estatutos não contam com muitos elementos analíticos para a questão. Recursos extras utilizados foram documentos paralelos como carta de princípios e valores e as bandeiras preconizadas pela agremiação.

A partir desta análise, observamos uma ampla variedade ideológica dentro das legendas analisadas. Encontramos princípios liberais, defesa do meio ambiente e valores cristãos e também o já recorrente trabalhismo. Contudo, muitos destas legendas, não alinharam seu pensamento ideológico com as condições de governo *versus* oposição ou mesmo com os demais candidatos a presidência em 2014.

Verificamos também que, em termos ideológicos, os novos partidos não se mostraram novos. Eles apresentam bandeiras já apresentadas por outros partidos brasileiros.

6 MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA

Antes de discutir efetivamente as consequências da migração partidária, buscamos problematizar a questão. Freitas (2008) enxerga que o processo de migração partidária gera problemas de representatividade. Dentro das eleições proporcionais brasileiras, o eleitor pode votar tanto na legenda, quanto no candidato e, este voto, auxilia tanto seu candidato quanto seus correligionários de coligação a se elegerem. Sendo assim, a migração partidária durante um mandato eletivo seria um atentado a vontade soberana do eleitor. Sendo assim, põe-se em questão: a quem pertence o mandato dado pelo eleitor? Ao político ou ao partido? Longe de tentar esgotar essa discussão, encaro como inegável a influência dos dois elementos, tanto na decisão do eleitor quanto no resultado final da eleição.

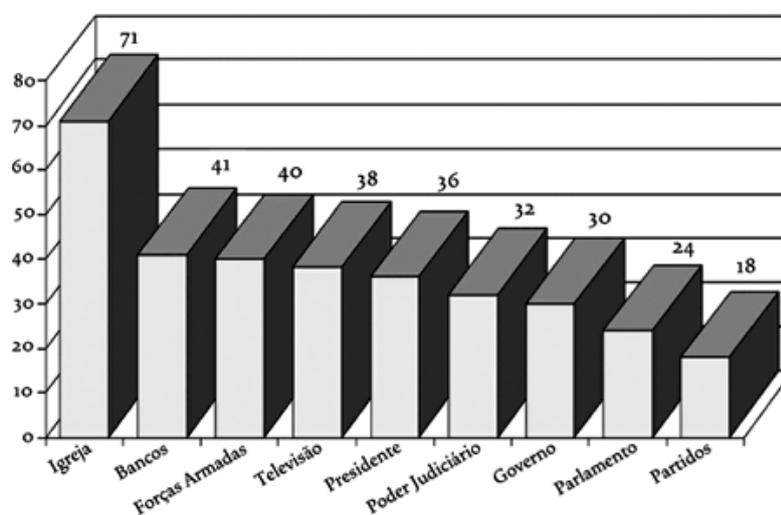
Pode-se afirmar isto levando em conta alguns elementos componentes das eleições. Do lado dos partidos, têm-se alguns apontamentos. Primeiro, é necessário um partido para que alguém candidatasse a algum cargo eletivo no Brasil, de acordo com a legislação vigente. Segundo, parte do financiamento da campanha e todo o tempo de

exposição nos veículos midiáticos são fornecidos aos partidos e estes distribuem para seus filiados. Terceiro, poucos políticos são capazes de se eleger pelas próprias forças. Para se ter noção, nas eleições de 2014, apenas 35 dos 513 deputados eleitos atingiram o feito por contra própria. Isto corresponde a apenas 6,8% da Casa. Todos os demais necessitaram de apoio de suas legendas coligadas para chegar à Câmara²⁷.

Aras (2006) trás a tona a discussão sobre fidelidade partidária no Brasil. Partindo de um ponto de vista mais jurídico, ele assinala para o Código Eleitoral afirmando que os cargos eletivos são, primeiramente, dos partidos políticos, uma vez que nas eleições proporcionais, primeiro distribui-se o número de cargo aos partidos que atingiram o quociente eleitoral e, só posteriormente, para os candidatos mais votados.

Já no reforço à tese de que os políticos são decisivos no resultado final da eleição é o caráter personalista das eleições brasileiras. O primeiro aspecto que gera esta relação do eleitor com o processo eleitoral é a baixa confiança dada as instituições pelos brasileiros. As manifestações de Junho de 2013 demonstraram um descontentamento com a política brasileira, de modo geral. Ainda, eles atacaram e negaram qualquer participação de partidos neste processo. As manifestações foram anti e apartidárias. Em Veiga (2004), o gráfico 01 trás dados do latinobarômetro de 2004 sobre a confiança dos latinos em suas instituições. Como pode ser visto abaixo, os partidos políticos são as instituições que contam com a menor credibilidade:

GRÁFICO 1
Confiança nas instituições (porcentagem dos que declararam "muita confiança" e "alguma confiança")
Média dos países latino-americanos - 2004



Fonte: "Latinobarômetro 2004".

²⁷ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/so-35-deputados-se-elegeram-com-a-propria-votacao/>. Acessado em 17/11/2014.

O sentimento de descrédito parece ter se mantido ao longo dos anos, conforme verificamos as manifestações de 2013.

Em segundo lugar, o arcabouço constitucional endossa essa tese. O sistema de lista aberta, onde o eleitor é livre para escolher quem irá ocupar as cadeiras do Parlamento e das Câmaras e Assembleias Legislativas permite que haja uma disputa intrapartidária. Correligionários, apesar de, em geral, necessitar do voto de seus colegas para se eleger, lutam constantemente entre si para ocupar a(s) vaga(s) a serem conquistadas pela legenda ou coligação. Há também, a possibilidade de apoiar financeiramente um candidato, sem a intermediação do partido.

Em 2014, São Paulo foi o estado com a maior quantidade de votos em legenda²⁸ para o cargo de deputado federal. Contudo, eles representaram apenas 10,45% dos votos totais. Assim, quase 90% dos eleitores visam a um candidato específico em detrimento de votar em determinado partido. Os demais estados apresentaram taxas ainda menores de votos diretos nos partidos.

Com o exposto acima, compreende-se que, em menor ou maior grau, tanto o candidato quanto o partido possuem influência nas eleições. No entanto, a tradição brasileira, marcada predominantemente por elementos culturais como coronelismo e patriarcalismo tem, em sua tradição, o voto pessoal. Comumente os políticos se sobrepõem as legendas que o acompanham. Exemplos desses fenômenos são alguns dos principais líderes populistas da história brasileira, como Getúlio Vargas e Lula da Silva.

Pereira e Muller (2003) apontam para um caráter dúbio dos partidos políticos. Segundo os autores, os partidos políticos no Brasil encontram-se fracos dentro da arena eleitoral, mas poderosos na arena legislativa. Essas diferenças ocorrem devidas as instituições que regem estes dois espaços. Contudo, observamos que os partidos também apresentam certa fragilidade dentro da Arena Legislativa no que tange o controle de suas bancadas políticas.

Assim sendo, o processo de migração partidária influencia negativamente a relação entre representante e representados, pois destrói o binômio partido-político que influenciou na decisão do eleitor, mesmo que não de forma consciente.

Schawanka (2003, apud ARAS, 2006, p. 165) afirma que existem dois períodos em que há maior número de trocas: logo após as eleições, ou imediatamente antes. A explicação para o fenômeno ocorre da seguinte forma. No primeiro ano, os políticos

²⁸Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1527843-sao-paulo-lidera-em-votos-na-legenda-para-deputado-federal.shtml>. Acessado em: 12/11/2014.

buscam se reinserir dentro da estrutura política vigente. Já o último ano antes das eleições é a data-limite estabelecida pela Justiça Eleitoral para que haja filiações de políticos e estes possam concorrer a cargos públicos. Neste caso, os políticos são influenciados pela visão distributivista alentada por Limongi. A intenção dos políticos é a de maximizar suas chances no pleito seguinte. Este fato pode ser observado no período estudado (2011-2014), uma vez que a maior quantidade de migrações ocorreram em 2011 na formação do PSD e em 2013 com a criação do PROS e SD.

Diante do que foi tratado no capítulo anterior, cabe a seguinte reflexão: Por que os políticos migraram para estas novas legendas? O que leva um parlamentar a trocar de partido político? Para tentar responder a estas perguntas tratemos de uma visão mais teórica acerca da questão, depois passando para o caso evidenciado.

Como pressuposto para o processo de migração partidária, iremos adotar o pensamento de Michels (1982) que destaca o processo de degeneração dos partidos. Segundo o autor, os partidos podem surgir para atender a projetos políticos como o liberalismo, socialismo, ambientalismo, dentre outros. Contudo, a partir da necessidade de buscar novos adeptos, vencer as eleições e sobreviver, as legendas tornam-se máquinas de busca por cargos e poder, perdendo seu traço mais forte com a ideologia e existindo apenas para se retroalimentar. Sendo assim, como é reforçado na literatura de Limongi (2007), o interesse dos parlamentares é de sempre buscar a reeleição e dos partidos, de aumentar suas bancadas e o número de cargos ocupados. Seguindo esta perspectiva, entendemos que a migração interpartidária ocorre como uma tentativa do político em ampliar as suas chances para reeleger-se.

Ainda, tratemos da questão com outra perspectiva. Compreendendo os partidos políticos como um agrupamento de indivíduos multifacetados, que apresentam alguns pontos em comum e que buscam acessar o poder. Os grupos nem sempre se formam de maneira coesa. Sendo assim, além de buscar maximizar as chances de reeleição, os políticos brasileiros estariam interessados em possuir mais protagonismo dentro da sua agremiação, o que eventualmente acarretaria, por exemplo, em maiores chances de ser indicado para cargos no Executivo, por exemplo, e também pela possibilidade de implementar e viabilizar projetos de sua autoria interesse.

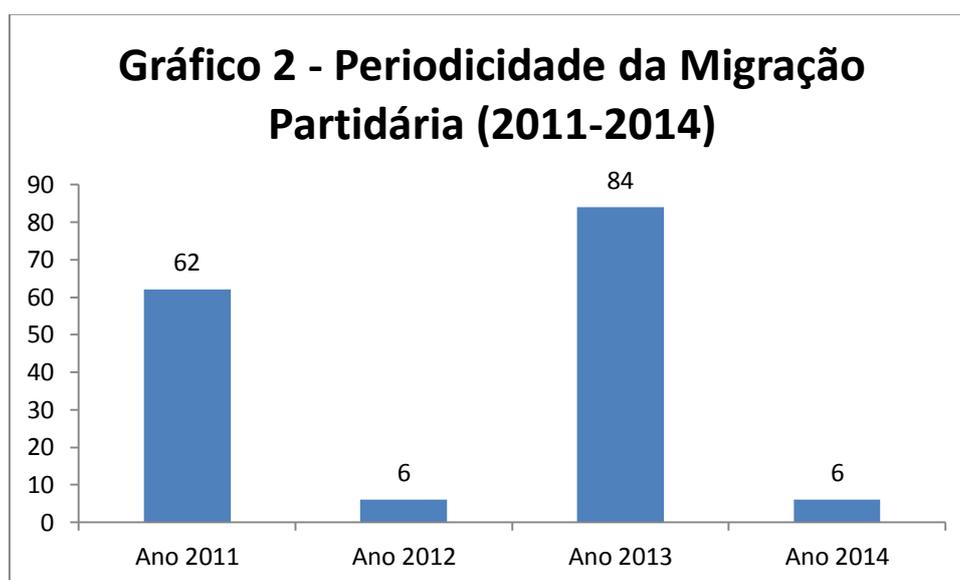
Melo (2004, p. 64) apresenta em sua obra uma série de argumentos para afirmar que os deputados migravam de legenda como uma forma de ampliar, ou não acarretar prejuízos, nas suas chances de reeleição. Os parlamentares visavam a mudança partidária como estratégia de inibir o grau de incerteza nas eleições. Ele elenca três

pontos: a) as migrações seguem um caminho de sobrevivência política, b) deputados que obtêm acesso a recursos via seus mandatos dificilmente mudam de legenda e c) os deputados migram para partidos capazes de ofertar maiores recursos.

Na presente dissertação, realizamos uma adaptação simplificada da pesquisa elencada por Melo em seu estudo. Sobre o aspecto a) buscamos identificar elementos que corroborem para a ideia de que as migrações ocorrem visando o período eleitoral. Em b), podemos observar o processo de migração partidária dos parlamentares para legendas da base governista e da oposição. Diante deste argumento, espera-se que a maior parte do processo de migração partidária ocorra no sentido: partido da base para partido da base, ou partido de oposição para partido da base. Com isto, identificaremos o fluxo de parlamentares interessados em recursos para compor o Governo Federal e a permanência dos que já possuem acesso a estes recursos. Por fim, c) iremos verificar se os candidatos que buscaram reeleição em 2014 e que se filiaram a estes novos partidos realmente tiveram acesso a mais recursos de campanha nestas novas legendas.

A fim de permitir a viabilidade desta análise serão abordados apenas os membros da Câmara dos Deputados neste período.

A exploração que Melo realiza no item a) restringe-se, basicamente, ao período em que ocorre esta movimentação. Seus estudos corroboram com a visão de Schawanka quanto a periodicidade. Os políticos migram mais no primeiro e no terceiro ano de suas respectivas legislaturas. A análise do período estudado está em conformidade com a visão dos autores supracitados, conforme apresentado no gráfico 02:



Fonte: Minha autoria

Mais de 90% das transições partidárias da época ocorreram nos períodos mencionados. As justificativas apresentadas por Melo são:

“O primeiro ano de cada legislatura mostra-se propício tanto a uma eventual reacomodação, considerada necessária pelo deputado face aos resultados eleitorais nacionais ou estaduais recentes, quanto à busca de espaço nas legendas, tendo em vista a realização, no ano da seguinte, das eleições para prefeito” (Melo, 2004, p. 68).

Neste momento, as migrações políticas são “naturais”, no sentido de que os deputados buscam se reacomodar dentro do novo cenário eleitoral, uma vez que sua filiação política ocorreu sem o conhecimento de qual seria o novo arranjo político, a composição do Congresso e das demais instâncias de poder. Das 62 transferências que ocorreram em 2011, 55 foram para a nova legenda que surgiu à época, o PSD.

Em 2012 ocorreram apenas seis transferências entre os parlamentares. Destas, metade foi para o PEN, que surge no mesmo ano, e uma para o PSD. Como alentado, o período não oferece atrativos ou incentivos para que os deputados se movam de legenda.

2013 foi o ano em que ocorreu o maior número de mudanças eleitorais. Um dos motivos para o fluxo de políticos foi a criação dos PROS, partido da base e o SD, de oposição. Neste período ocorreram mais de 50% das transferências desta legislatura. “O terceiro ano, por sua vez, é o momento em que as posições devem ser redefinidas para a renovação da própria Câmara” (Melo, 2004, p. 68). Do total, 45 mudanças de legenda ocorreram para a formação dos dois novos partidos.

Por último, 2014 apresentou o mesmo grau de transferência que 2012. Neste caso, os parlamentares apresentam uma razão muito clara para não trocar de partido: Os políticos que se filiam a um partido há menos de um ano do próximo pleito eleitoral não poderão concorrer nele. Sendo assim, os seis deputados que migraram em 2014 não puderam participar das eleições deste mesmo ano.

Sendo assim, análise migratória da legislatura 2011 – 2014 deixa claro que a tendência de fluxo migratório se manteve. Ele também permite a interpretação que as mudanças ocorrem visando a sobrevivência do parlamentar dentro do cenário político, seja para melhor se acomodar dentro da arena legislativa ou da legenda que participa, seja visando melhores condições de disputar as eleições seguintes.

O segundo ponto da obra de Melo, verifica o direcionamento das migrações partidárias. Do objeto de estudo, apenas três partidos obtiveram bancadas partidárias suficientes para análise: PSD, PROS e SD. O PEN alcançou três deputados no ano de sua criação, mas como o montante é pequeno, optamos por desprezá-lo na análise abaixo.

A tabela 05 nos mostra a movimentação dos políticos. Os dados levam em conta a formação das bancadas logo no ano em que estas surgem. Para o PSD e o PROS só dois movimentos são possíveis. Os partidos são da base governista, e podem receber membros da oposição ou da própria base. Em sentido oposto move-se os filiados ao SD. O sentido para esta legenda é sempre para a oposição, mas seus componentes podem vir tanto da base quanto da própria oposição.

Tabela 05 – Direção do Fluxo Migratório					
Partidos	Oposição -> Base	Base -> Oposição	Oposição -> Oposição	Base -> Base	Total
PSD	36 (65,5%)	X	X	19 (34,5%)	55 (100%)
PROS	09 (42,8%)	X	X	12 (57,2%)	21 (100%)
SD	X	15 (65,2%)	08 (34,8%)	X	23 (100%)
Total	45 (46%)	15 (15%)	08 (08%)	31 (31%)	99 (100%)

Fonte: Minha autoria

Os dados apresentados corroboram com o pensamento apresentado por Melo. Um elemento importante para validar os dados apresentados foi a previsibilidade de posicionamento das legendas. No momento de seu registro, PSD e PROS já haviam manifestado que iriam participar da base do atual governo, ao passo que o SD posicionou-se previamente como oposição. Sendo assim, todos os parlamentares que migraram para os novos partidos tinham a ciência de que lado estaria.

O PSD foi o partido que mais corroborou para a validação da teoria. A cada três deputados, dois vieram da oposição. O número foi endossado pela grande parcela de parlamentares do DEM que migraram para a nova agremiação. Assim como seu líder, Gilberto Kassab, os parlamentares do DEM entendiam que para compor a base do governo petista e ter acesso aos recursos do governo federal, a única solução viável seria sair da legenda.

Os partidos surgidos em 2013 adotaram uma lógica diferente. É importante ressaltar que no período, o governo federal encontrava uma avaliação negativa perante a sociedade. Em grande parte isto ocorreu por conta das manifestações de Junho e os

índices negativos da economia no país²⁹. O movimento dos parlamentares no ano anterior às eleições ocorre no sentido do político buscar melhores condições de se reeleger. Entende-se, portanto, que em caso de avaliação negativa do governo, os parlamentares procurarão se mover em sentido contrário, para a oposição. E foi isto que ocorreu. O partido SD, da oposição, conseguiu atrair mais políticos que o PROS. Ao passo que o PROS pouco conseguiu atrair parlamentares da oposição.

Apenas nove dos vinte e um deputados do PROS eram membros da oposição. O movimento realizado, com a formação do PROS foi o de acomodação da elite política. Os parlamentares migraram para melhor se acomodar na nova estrutura política. Em especial para reter políticos do PSB que havia migrado para a oposição.

O Solidariedade teve quase dois terços dos seus quadros formados por parlamentares da base. Neste caso houve um processo migratório de partidários da base para a oposição. A maioria deles veio de duas legendas: PDT e PMDB. A primeira possui ligação com o trabalhismo, e o segundo apresenta uma série de políticos descontentes com o atual governo.

No entanto, o quadro geral remonta para a realocação dos partidos no sentido da base. A análise do direcionamento do processo migratório corrobora com a tese distributivista onde os parlamentares buscam maximizar suas chances de reeleição e ascensão política. “O movimento migratório é “predominantemente governista” (Melo, 2004:164)” [In: Freitas, 2012, p. 953]. Ainda, estudos no campo temático enfatizam que o pertencimento a base governista gera acesso a recursos, de modo a ampliar as chances eleitorais do partido.

Por último, o item c) trata da questão de acesso a recursos. Segundo o arcabouço eleitoral, os partidos recebem grande parte dos seus recursos conforme sua representatividade na Câmara. Verificaremos se o montante de recursos para a campanha eleitoral de 2014 foi maior do que a obtida pelos deputados em 2010.

Conforme a tabela abaixo, observamos a variação de financiamento entre as campanhas eleitorais de 2010 e 2014 dos políticos que pertencem as novas legendas. Lembrando que, para esta análise, foram utilizadas as bancadas de cada partido no momento das eleições.

²⁹ Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/09/1509007-governo-dilma-e-aprovado-por-35-dos-brasileiros.shtml>. Acessado em: 31/11/2014.

Tabela 06 - Financiamento dos Parlamentares dos novos Partidos				
Partido	Financiamento - 2010 (R\$)	Média por dep. - 2010 (R\$)	Financiamento - 2014 (R\$)	Média por dep. - 2014 (R\$)
PSD	49.314.942,54	1.095.887,61	49.169.553,97	1.092.656,75
PROS	17.232.366,85	847.535,18	13.648.947,38	682.447,369
SD	16.910.977,48	994.763,38	22.363.695,45	1.016.531,61
Total	83.458.286,87	979.395,39	85.182.196,80	979.105,71

Fonte: Minha autoria

Para validar as informações encontradas, foram utilizados apenas os dados dos deputados eleitos em 2010 e que se recandidataram em 2014 na tabela 06. Importante lembrar que o valor do financiamento apresentado adveio das antigas legendas dos partidos. Por fim, os valores do período anterior foram reajustados segundo a inflação pelo IGP-DI, que mede a inflação do país³⁰. Os dados utilizados são referentes aos deputados federais destas três novas legendas: PSD, PROS e SD.

Partindo da ideia de que os parlamentares migram com a intenção de potencializar as suas chances de reeleição, observamos que a variável financiamento de campanha não se mostra como relevante para analisar esta questão. Verificamos que os deputados, ao migrarem para as novas legendas, não conseguiram gerar mais recursos para suas respectivas campanhas eleitorais. Importante para se entender este processo é frisar que há certa imprevisibilidade no processo. Os deputados ao migrarem, não tem certeza quanto ao seu futuro político. Todos os anseios partem de expectativas. Entretanto, torna-se claro que dificilmente o financiamento de campanha foi um elemento primordial na decisão destes parlamentares para trocarem de legenda. Ao menos, de modo geral.

Retomando o pensamento de Melo e Schawaka, as transferências eleitorais, especialmente do penúltimo ano do mandato, visam as eleições seguintes, a reeleição de seus cargos. Neste sentido, imagina-se que os deputados de PROS e SD mudaram para estas legendas visando ampliar suas chances nas eleições seguintes. Do ponto de vista do financiamento, os partidários do PROS saíram prejudicados pela transferência. O montante destinado ao mesmo agrupamento de políticos reduziu-se em mais de R\$ 3 milhões na última eleição. Em sentido oposto, os partidários do Solidariedade obtiveram certa vantagem nesta mudança. Eles receberam mais R\$ 5 milhões de financiamento no total. Cada deputado da legenda teve, em média, R\$ 1.016.531,61.

³⁰ Disponível em: <http://www.bertolo.pro.br/MatFin/HTML/INFLACAO.htm>. Acessado em 21/11/2014.

Na sessão seguinte, verificaremos qual o grau de sucesso de cada um destes partidários na manutenção de seus quadros.

7 DESEMPENHO ELEITORAL

No Brasil, é interessante notar que a corrida eleitoral costuma se centrar na figura dos políticos e não dos partidos. As agremiações são dotadas de poucos recursos para controlar o processo eleitoral de seus candidatos. A existência de um financiamento individual de campanha, a possibilidade de a legenda lançar mais candidatos ao pleito que o número de vagas existentes (nas eleições proporcionais) e a ausência de mecanismos de ordenamento de preferência partidária sobre seus candidatos (lista aberta) geram um sistema de alta competitividade interna entre correligionários. O cenário gera bastante autonomia ao candidato, que se torna, na maioria dos casos, detentor de boa parte do capital político responsável por elegê-lo.

A primeira análise é quanto a taxa de reeleição dos deputados de cada legenda. Neste momento, testaremos a hipótese de que a taxa de reeleição dos novos partidos seria semelhante a das demais legendas. Isto ocorreria pelo entendimento de que as eleições brasileiras são, essencialmente, personalistas.

Tabela 07 – Taxa de Reeleição dos Deputados		
Partido	Bancada 2014	Reeleitos 2015
PSD	45	23 (51%)
PROS	20	08 (40%)
SD	22	11 (50%)
Novos Partidos	87	42 (48%)
Câmara dos Deputados	513	198 (43,5%)

Fonte: Câmara dos Deputados, com adaptações.

A taxa média de reeleição da Câmara chegou a 43,5%, ao passo que a dos novos partidos ficou em 48%. O resultado encontrado mostra que a média de reeleição dos novos partidos foi superior que a apresentada pela Casa. Apesar de a diferença ser baixa, as novas legendas obtiveram maior sucesso em reeleger os parlamentares que estavam presentes na Câmara no ano de 2014. O dado pode ser explicado pela tabela 08, que demonstra que estas legendas lançaram mais candidatos a reeleição que os demais.

A variação entre PROS, se comparado com PSD e SD pode ser atrelado ao financiamento destinado aos parlamentares de cada legenda. Conforme a tabela 06,

verificamos que a média de financiamento dos deputados do PROS foi consideravelmente inferior aos apresentados pelos parlamentares das outras duas legendas. O elemento pode estar atrelado ao resultado final, onde PROS reelegeu menos deputados federais.

Outro elemento aferido foi a pretensão dos parlamentares: taxa de candidaturas à reeleição. Segundo dados do DIAP, a taxa de candidaturas a reeleição foi um pouco inferior a apresentada nos últimos anos, aproximadamente 76%. Conforme tabela abaixo:

Tabela 08 – Taxa de candidaturas a reeleição				
PSD	PROS	SD	Novos Partidos	Câmara dos Deputados
36 (80%)	15 (75%)	18 (85%)	69 (80%)	391 (76%)

Fonte: DIAP, com adaptações

Os dados abaixo demonstram que os novos partidos lançaram, em média, mais deputados a reeleição do que o restante da Câmara dos Deputados. Portanto, o número de candidaturas à reeleição também não é responsável pelo desempenho inferior das novas legendas, no resultado final.

Para complementar os dados sobre o desempenho eleitoral dos novos partidos nas eleições de 2014 para a Câmara dos Deputados, temos o resultado final do pleito. De todas as legendas representadas na Casa, nove delas perderam cadeiras em 2014. Tirando o PT, com a perda de dezoito assentos, PROS, PSD e SD foram as legendas que mais perderam cadeiras. Somados, as três agremiações perderam, ao todo, vinte e quatro cadeiras, mais do que toda a bancada anterior do PROS ou do SD.

O PSD viu sua força cair consideravelmente. Na legislatura 2011-2014, o PSD tornou-se o terceiro maior partido da Casa. Agora, com trinta e sete deputados, ele foi superado pelo PSDB e passa a apresentar número de parlamentares semelhantes a legendas como: PP (36), PR (34) e PSB (34). Isto influencia negativamente as pretensões da legenda em alcançar cargos dentro do próximo governo que, ao tudo indica, contará com o apoio da legenda.

Solidariedade e PROS também perdem relevância no cenário nacional. O primeiro, que pertence a oposição, passa a ser apenas a 12ª maior legenda da Câmara, sendo ultrapassado por alguns partidos. O PROS, que sofreu a maior das baixas dentre os três contará na legislatura 2015 – 2018 apenas com 11 deputados. Desta forma, ele será a 14ª legenda em número de deputados.

Tabela 09 – Bancadas da Câmara (2014 – 2015)			
Partido	Bancada 2014	Bancada 2015	Variação
PT	88	70	-18
PMDB	71	66	-5
PSDB	44	54	10
PSD	45	37	-8
PP	40	36	-4
PR	32	34	2
PSB	24	34	10
PTB	18	25	7
DEM	28	22	-6
PRB	10	21	11
PDT	18	19	1
SD	22	15	-7
PSC	12	12	0
Pros	20	11	-9
PPS	6	10	4
PCdoB	15	10	-5
PV	8	8	0
Psol	3	5	2
PHS	0	5	5
PTN	0	4	4
PMN	3	3	0
PRP	2	3	1
PEN	1	2	1
PTC	0	2	2
PSDC	0	2	2
PRTB	0	1	1
PSL	0	1	1
PTdoB	3	1	-2

Fonte: Congresso em foco, com adaptações.

Os dados apresentados reforçam que estas novas legendas tiveram muitas dificuldades em manter a força conquistada através do processo migratório. Os novos partidários enviaram mais parlamentares a reeleição que o restante da Casa e conseguiram reeleger um quantidade superior de deputados. No entanto, as legendas encontraram dificuldades em emplacar outros correligionários e, com isso, observaram grandes quedas na força de suas bancadas.

Como compreender este processo? O presente trabalho não gerou dados para explicar de modo suficiente a seguinte pergunta. No entanto, o trabalho foi capaz de

observar uma série de variáveis e identificar quais os caminhos que não devem ser seguidos em estudos posteriores para compreender este cenário.

Recapitulando o que já foi apresentado, o **primeiro** item foi a questão da carreira política. Ela não se mostrou uma variável suficiente para se explicar o que levou a queda destas legendas. O conceito de carreira política advém da ideia de que “os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando por aqueles que julgam mais importantes ou prestigiosos” (Miguel, 2003, p. 115). Segundo escala elaborada pelo próprio autor, a maioria dos políticos prefere ocupar cargos como governador, senador ou mesmo prefeito de grandes cidades à manter-se como deputado federal. No entanto, observou-se que os políticos das novas legendas optaram mais por buscar a reeleição do que tentar cargos superiores dentro da estrutura política brasileira.

Em **segundo** lugar, podemos estipular que o financiamento das campanhas não foi suficiente para reeleger os deputados. Verificamos, no entanto, que a média de financiamento dos deputados dos novos partidos foi, em geral, alta. Eles receberam valores similares aos arrecadados nos pleitos em que obtiveram êxito. Os deputados do PSD e SD contaram, em média, com mais de um milhão de reais para financiar suas campanhas.

Em **terceiro** lugar, alentou-se a possibilidade da identidade partidária. Segundo Campbell (1960 apud Veiga, 2007, p. 342) “A identidade partidária pode ser entendida como uma associação psicológica que as pessoas travam com um partido a partir de suas percepções, valores ou comportamentos. No Brasil, é baixa a identificação dos eleitores com os partidos políticos. Na base de dados do ESEB, verifica-se que, em 2006, apenas 28% dos eleitores brasileiros se identificam com alguma legenda. Os únicos partidos que apresentam algum grau significativo de identidade, a saber é PT, PSDB e PMDB. Ainda assim, os valores são baixos, a exceção do PT, nenhuma legenda alcança mais de 10% de identificação com o eleitor (Veiga, 2007, p. 345). Sendo assim, a prerrogativa de que os partidos novos seriam desconhecidos e, por isso não contariam com a empatia do eleitor brasileiro não se sustenta, uma vez que a variável se estende a um número muito reduzido de legendas.

Em **quarto** lugar, as coligações realizadas por estas legendas em cada um dos vinte e sete estados também não explica a redução das bancadas. No sistema brasileiro, para que um partido consiga ter acesso a cadeiras dentro do Congresso ele deve superar o quociente eleitoral, a ser estabelecido pela divisão do voto total dos eleitores pelo número de cadeiras a ser disputada. Caso a prerrogativa das coligações eleitorais não

puдesse ser empregada nestas eleições, PSD, PROS e SD perderiam ainda mais deputados³¹.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do trabalho foi de fazer uma explanação de vários elementos distintos de modo a compreender melhor o processo de surgimento dos novos partidos brasileiros entre 2011 e 2014. Foram adotadas diversas perspectivas, como: contexto histórico, análise de programas e estatutos, análise do processo de migração partidária e resultado das eleições nacionais as quais estes partidos vivenciaram.

Em um cenário que conta a participação de inúmeras legendas, surgem mais cinco. Do conjunto total dos partidos brasileiros, três apresentam maior peso político e eleitoral: PSDB, PMDB e PT. Outros apresentam bancadas significativas dentro do Congresso e alcançam alguns governos estaduais. Além de muito permissivo, o sistema demonstra-se muito volátil. O antigo PFL, atual DEM, que dividiu com as três legendas supracitadas o espaço dos grandes partidos, vê-se hoje muito deteriorada. E um golpe poderoso contra o DEM foi o surgimento do PSD, que levou consigo quadros importantes do partido. O PSD leva consigo um fração significativa da oposição para o seio do governo.

Ao final da legislatura, 2013, dois novos partidos surgem: PROS E SD. Ambos configuram-se inicialmente como partidos médios. O primeiro, pertencente a base do governo. Além disso, conquista algumas lideranças conhecidas da política brasileira como os irmãos Gomes do Ceará. Já o SD, apoiado no sindicalismo, vem para a oposição rivalizar diretamente contra o PT em seu berço político.

Destes novos partidos, surgem menores PEN e PPL. O primeiro possuiu de um a três parlamentares durante a 54ª legislatura da Câmara. O segundo tanto na origem, quanto após as eleições de 2014, não foi capaz de alcançar alguma representação dentro do Congresso.

Todos estes partidos surgem a partir de uma janela de oportunidade ofertada pelo TSE. Via resolução, o Tribunal resigna, em grande parte, o processo de migração partidária aos novos partidos políticos. Sendo assim, eles tornam-se capazes de

³¹ Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2014/10/Como-ficariam-as-bancadas-na-C3%A2mara-a-partir-de-2015-se-n%C3%A3o-houvesse-coliga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acessado em: 30/11/2014.

capitanear a insatisfação de políticos das mais diversas agremiações. Janela esta que foi parcialmente fechada. Depois da Lei 12.875, os próximos partidos que surgirem terão grande parte dos seus recursos restringidos.

Quanto a ideologia de cada um dos partidos, observamos que estes pouco têm em comum. Os valores e ideologias perpassam todo o binômio direita-esquerda. O PSD apresenta em seus registros valores essencialmente liberais como a defesa à propriedade privada. Já o PPL defende um programa de partido baseado em um nacional-desenvolvimentismo. Em seu programa, o partido defende as gestões de políticos como JK e João Goulart. O PEN carrega já em seu nome suas bandeiras. Ele defende valores ecológicos e o pensamento social cristão. Destaca-se aí a defesa do meio ambiente. O PROS, apesar de não sustentar nenhuma ideologia específica, levanta como sua principal bandeira a redução de impostos e a Reforma Tributária. Já o SD foca na defesa do trabalhador. Temática amplamente defendida por outras legendas, em especial o PT. o Solidariedade conta com a Força Sindical, entidade representativa dos trabalhadores brasileiros, da qual seu líder também é presidente do novo partido.

Entretanto, o elemento que mais chama a atenção no surgimento deste partido é o tamanho de três deles. PSD, PROS e SD nasceram com bancadas significativas dentro da Câmara. A migração partidária foi o processo que permitiu isso. Neste sentido, os partidos mostraram que, na maioria, os parlamentares buscam compor os partidos da base governista, em especial no início da legislatura. Ao final, com o governo federal em baixa diante da opinião pública, o movimento foi contrário, porém, menos intenso.

Além disto, o fluxo migratório ocorreu no primeiro e no penúltimo ano da legislatura. As explicações existentes na literatura são para, no primeiro caso, uma reacomodação das elites e a busca por melhores posições junto as disputas municipais do ano seguinte. No segundo caso, os parlamentares estariam buscando melhores condições para participar das eleições do ano subsequente.

A última esfera estudada neste ensaio foi as eleições de 2014. Nela, verificou-se que os novos partidos reduziram suas forças. As taxas de reeleição destas legendas foram poucos superiores as encontradas na média da Câmara. No entanto, excetuando-se o PT, os novos partidos foram os que mais perderam cadeiras com estas eleições. Percebe-se uma dificuldade destas legendas em conseguir eleger outros políticos.

Os esforços empregados neste ensaio demonstraram-se insuficientes para compreender a queda destas legendas. Foram exploradas questões como o financiamento de campanha, identidade partidária, carreira política e coligações

eleitorais. Contudo, nenhuma destas variáveis mostrou-se suficiente para explicar o enfraquecimento das legendas.

Diante do encontrado, atrevo-me a lançar um prognóstico para as legendas recém-criadas. PPL e PEN apresentaram perfil das legendas pequenas. A primeira assemelha-se as legendas mais a esquerda no país como o PSTU e PCO, no tocante a dificuldade acessar as instâncias formais de representação. As duas carregam mais rigor ideológico que as demais legendas criadas no período. O SD tentará resistir ao longo dos anos, e poderá ser bem sucedido devido a sua forte base social: o movimento sindical, traduzido pela força sindical. Já o PROS, que logo nos primeiros anos conta com atritos internos entre sua presidência e os irmãos Gomes pode não subsistir ao longo do tempo. O governador do Ceará, Cid Gomes, já sinalizou com a possibilidade de criar um novo partido para compor a base do governo petista³². Por último, o PSD, que surgiu como a terceira maior bancada da Câmara teve seu poderio enfraquecido. Ainda assim, é um dos maiores partidos da Casa. Por conta disso, a legenda deve se manter e buscar fortalecimento nos pleitos subsequentes.

A verdade é que parte destes partidos surgiram já muito poderosos. Poder este, que não veio diretamente da vontade popular. E o preço disto começou a ser pago nas primeiras eleições disputadas. Com tamanhos e ideologias muito distintos, os partidos necessitarão se provar diante do eleitor brasileiro se almejam persistir dentro do sistema político brasileiro.

³² Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-11-04/cid-gomes-oferece-a-dilma-novo-partido-para-fazer-frente-a-chantagem-do-pmdb.html>. Acessado em: 15/11/2014.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAS, Augusto. **Fidelidade Partidária: A perda do mandato parlamentar**. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2006, p. 153-176.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política** – São Paulo: Editora UNESP, 2001. (2ª ed. Revista e ampliada).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

FLEISCHER, David. Coligações Eleitorais. In **Reforma Política no Brasil**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2006.

FREITAS, Andréa. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 4, 2012, pp. 951 a 986.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 37 – 48.

KINZO, Maria D. A.. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. Vértice, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1998, p.37 – 64.

LIMONGI, Fernando. **O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente**. In *BIB*, n. 37, Rio de Janeiro, 1994, p. 3-38.

MELO, Carlos R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2004.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MIGUEL, Luis F. **Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro.** *Revista de Sociologia Política, Curitiba, ed. 20, junho de 2003.*

PANDOLFI, Dulce C. **A República no Brasil.** *Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil.* Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil.** *Dados[online]*, v. 46, nº. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf>;

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v.27, n.4, 2007.

RIBEIRO, Ricardo L. M. **Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL.** *Revista de Sociologia Política*, v. 22, nº 49, p. 5-37. Março de 2014.

SCHIMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000).** Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

TAROUCO, Gabriela da S.; MADEIRA, Rafael M. **Partidos, Programas e o Debate sobre esquerda e direita no Brasil.** *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.21, n.45, p. 149-165, 2013.

VEIGA, Luciana F. **Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudança e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002.** *Opin. Publica vol.13 no.2 Campinas Nov. 2007*